

ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES

**EXTENSÃO RURAL, AGROECOLOGIA E JUVENTUDE RURAL:
A experiência dos Agentes Promotores da Agroecologia (APAS),
no Sertão do Araripe - Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local na linha de pesquisa: Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima.

RECIFE – PERNAMBUCO
2011

ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES

**EXTENSÃO RURAL, AGROECOLOGIA E JUVENTUDE RURAL:
A experiência dos Agentes Promotores da Agroecologia (APAS),
no Sertão do Araripe - Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local na linha de pesquisa: Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:

Orientadora: Prof. Dra. Irenilda de Souza Lima – UFRPE

Examinadores:

Prof. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley – UFPE

Prof. Dr. Paulo de Jesus – UFRPE

Prof. Dra. Maria Salett Tauk Santos – UFRPE

Recife, 03 de março de 2011.

A meus pais, Cristina e David, que com sua força, coragem e perseverança me educaram no espírito de liberdade e solidariedade com o próximo.

A minha tia Lina, pelos ensinamentos que me oportunizaram olhar o mundo de forma crítica, sem perder a capacidade de indignação com as injustiças.

A meus irmãos Marco, Gervásio, Rodrigo e David Filho, pelos momentos de convívio, tolerância, torcida e apoio na minha jornada acadêmica.

Às minhas sobrinhas Danielle e Izadora, por suas presenças que muito me alegram e inspiram na luta por um mundo mais justo, inclusivo e solidário.

AGRADECIMENTOS

Corro o risco de não conseguir ser justo com todos aqueles e aquelas que de forma direta ou indireta contribuíram para me animar nos momentos mais difíceis ou que dividiram comigo cada passo dado para que esse trabalho pudesse ser realizado. Nesse sentido, agradeço a todas as pessoas que conviveram comigo no período de realização dessa pesquisa:

De forma primeira e especial aos jovens rurais que se dispuseram a participar dessa pesquisa contribuindo para o aprofundamento sobre as dimensões que cercam a juventude rural.

Aos amigos do CAATINGA que contribuíram também com seu tempo e conhecimento institucional para que pudesse realizar essa pesquisa, de forma especial a Cristina, Dalvinha, Giovanne, Lana e Burguivol.

De forma muito especial aos amigos do Centro Sabiá que me incentivaram nesse projeto e entenderam meus momentos de ausência da vida institucional: Verônica, Adeildo, Laudence, Catarina, Vânia, Pedro, Janaina, Jullyana, Alexsandro, Neide, Darliton, Ana, Maria, Gilberto, Antonio, Nicléia, Josefa, Gleidson, Victor, Carlos, Everton, Caliandro, Fabrício, Marvson, Jacinta, Denise e Gerlane, e àqueles que já não estão mais no Centro Sabiá, mas que no momento de convívio me deram força de igual tamanho como Aldo, Jailson e Jânio.

À Irenilda Lima, minha orientadora por acreditar no meu potencial e fazer dos meus momentos de aprendizado, reflexão, tensão e preocupações, momentos de alegria e entendimento sobre a importância dessa pesquisa para o mundo rural.

Com imensa felicidade, aos amigos do POSMEX Yuri, Maria do Carmo, Bruna, Lauande, Nataly, José Ribeiro, Iraê, Auta, Juliana, Filipe, João, Eliane, Sabrina e Decilene, pelo convívio ao longo desses dois anos, pelos aprendizados nos debates e momentos de reflexões coletivos.

Aos professores Angelo Brás, Paulo de Jesus, Salett Tauk, Maria Luiza e Rosário Leitão pelos ensinamentos e empenhos na minha formação de pesquisador, e as professoras Hulda Stadtler, Betânia Maciel e Graça Ataíde pelos momentos de conversa e encorajamento na construção de minha formação de pesquisador.

Agradeço ainda aos amigos Sônia Lucena, Andrea Alcântara, Ronaldo Patrício, Paula Reis, Alba Valéria, Josenildo Nunes e Wedna Galindo pela torcida e presenças nos momentos de alegria, e pelo acolhimento e encorajamento nos momentos de dificuldades ao longo desse trabalho.

*Educar e educar-se, na prática da liberdade,
é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem
que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em
diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem,
para que estes, transformando seu pensar que nada sabem
em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.*
(Paulo Freire, 1977)

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar como os jovens rurais do semiárido se situam numa perspectiva diferenciada da assistência técnica e extensão rural que utiliza a agroecologia como princípio norteador das ações para o desenvolvimento local sustentável e quais as mudanças ocorridas nas atitudes e visão de mundo desses jovens. O grupo pesquisado participou no ano de 2005, de um projeto financiado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e desenvolvido pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA, organização não governamental que atua no Sertão do Araripe de Pernambuco. Por meio desse projeto os jovens participaram de um processo de formação com abordagens centradas nas perspectivas da agroecologia para a convivência com o semiárido. Esses jovens desenvolveram ações de extensão rural junto às famílias agricultoras de nove municípios do território ao longo de um ano. Para compor o quadro de análise desta pesquisa procurou-se inicialmente investigar como as organizações que fazem parte da Articulação no Semi-Árido em Pernambuco – ASA/Pernambuco, entre elas o CAATINGA, adotam os conceitos de construção do conhecimento e desenvolvimento local, bem como, quais suas abordagens metodológicas junto aos agricultores familiares no semiárido. Também foi elemento da investigação identificar quais organizações desenvolviam trabalhos específicos com jovens e quais as estratégias e abordagens utilizadas por essas organizações a partir do enfoque da construção do conhecimento agroecológico junto à juventude rural. O estudo buscou caracterizar de modo geral o grupo de jovens Agentes Promotores da Agroecologia – APAs, no que se refere à escolaridade, idade, desejos profissionais e experiências de migração pessoal e familiar. Bem como identificar e analisar quais os aprendizados e dificuldades enfrentadas para participar do grupo, as mudanças ocorridas nas atitudes e forma de pensar, o envolvimento na vida comunitária e por fim, como cada um se via antes e após sua participação do grupo APAs. Para a coleta de dados foram aplicados questionários com as organizações e com os jovens, foi realizada entrevista com o coordenador do Projeto e em seguida, foram analisados os dados. Os resultados da pesquisa mostraram que a maioria das organizações da ASA/Pernambuco desenvolve ações na perspectiva de convivência com o semiárido tendo a agroecologia como enfoque científico em suas abordagens. Também ficou evidenciada a adoção de algumas dimensões que compõem o desenvolvimento local, como a valorização das potencialidades locais, a articulação com os diversos sujeitos e a visão sistêmica para um desenvolvimento em bases sustentáveis. Os resultados também mostram que a ação de extensão rural na perspectiva da construção do conhecimento agroecológico junto à juventude rural gera impactos significativos para a formação de uma geração de novos agricultores, que têm maior clareza sobre sua realidade e mais condições de participação para transformá-la. Essas condições estão dadas não apenas pelo exercício da práxis, princípio fundamental da construção do conhecimento, mas também pelo maior acesso às políticas públicas, por uma maior participação na vida comunitária, e principalmente por se enxergar como sujeito de transformação na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Palavras-chave: Juventude Rural. Agroecologia. Extensão Rural. Desenvolvimento Local. Construção do Conhecimento. Semiárido.

ABSTRACT

This research has as objective to analyze how the young people from rural areas of semi-arid lead in a different perspective of technical assistance and rural extension that uses the agroecology as a guiding of actions for sustainable development and what changes have occurred in attitudes and world view of these young. The research group participated in 2005, in a project supported by the National Technical Assistance and Rural Extension and developed by the Centro de Assistência e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA, non-governmental organization that operates in Sertao do Araripe in Pernambuco. Through this project, young people participated in a training process with approaches that focus on the prospects of agroecology for the coexistence with the semiarid. These young developed activities in rural extension with the farming families in nine municipal districts during a year. It was firstly investigated how the organizations that are part of the Articulation in Semi-Arid in Pernambuco - ASA/Pernambuco to compose the framework in this research, among them the CAATINGA. They adopted the concepts about knowledge construction and local development, as well as what their methodological approaches close to family farmers in the semi-arid. It was also part of our investigation to identify which organizations developed specific work with young people and what strategies and approaches used by these organizations from the point of view of the construction of agroecological knowledge among the rural youth. The study sought to characterize the group of young APAs in terms of education, age, personal desires and personal experiences and in a familiar context. Another objective was to identify and analyze what were the learning and difficulties to join the group, the changes in attitudes, the involvement in community life and, finally, how they see each other before and after their participation in the group APAs. It was applied questionnaires with organizations and with young people for data collection questionnaires, and also, it was applied interviews with the Project coordinator and it was analyzed documents about. The survey results showed that in most organizations at ASA / Pernambuco develop actions in a perspective of coexistence, having the agroecology as the scientific approach. It was also evident in the adoption of some dimensions that comprise the local development, as the valorization of potential locations, the articulation with the several subjects and the systemic vision for a development in a sustainable basis. The results also show us that the action of rural extension in a perspective of the construction of agroecological knowledge among the rural youth produce significant impacts to the formation of a new generation of farmers, who have more clarity about their reality and more conditions to participate and to transform it. These conditions are given not only by the exercise of praxis, a fundamental principle of construction of knowledge, but also by facilities to the access to public policies, and also through the participation in community life, and mainly, to see how the subject of transformation can build a society more fair and sustainable.

Keywords: Rural Youth. Agroecology. Rural Extension. Local Development. Construction of Knowledge. Semiarid.

LISTA DE SIGLAS

AGROFLOR	Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APA	Agente Promotor da Agroecologia
ASA	Articulação no Semi-Árido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
CECOR	Centro de Educação Comunitária Rural
CEDEC	Centro de Educação e Desenvolvimento Comunitário
CHAPADA	Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe
COP3	3ª. Conferência das Parte da Convenção de Combate a Desertificação
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPS	Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco
ONG	Organização Não Governamental
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CENTRO SABIÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Saibá
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UGM	Unidade Gestora Microrregional
UGT	Unidade Gestora Territorial

SUMÁRIO

Introdução	10
<i>Metodologia da Pesquisa</i>	<i>19</i>
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO, AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL	24
<i>1.1 Alguns elementos sobre desenvolvimento</i>	<i>24</i>
<i>1.2 Extensão Rural</i>	<i>26</i>
<i>1.3 Agroecologia e Extensão Rural</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO	35
<i>2.1 Agricultura Familiar</i>	<i>35</i>
<i>2.2 Caracterizando o Semiárido</i>	<i>38</i>
<i>2.3 O Sertão do Araripe Pernambucano</i>	<i>40</i>
<i>2.4 Ações de Desenvolvimento para o Semiárido</i>	<i>42</i>
CAPÍTULO 3 - PRÁTICAS E ABORDAGENS DAS ORGANIZAÇÕES DA ASA PERNAMBUCO	47
<i>3.1 Regiões de atuação das organizações da ASA Pernambuco</i>	<i>47</i>
<i>3.2 Algumas compreensões conceituais da ASA Pernambuco</i>	<i>50</i>
<i>3.3 A construção do conhecimento para o desenvolvimento local</i>	<i>52</i>
<i>3.4 Os jovens rurais como público das ações desenvolvidas</i>	<i>54</i>
<i>3.5 A participação para o desenvolvimento local</i>	<i>56</i>
<i>7. As abordagens junto à juventude rural</i>	<i>58</i>
CAPÍTULO 4 - AGROECOLOGIA E JUVENTUDE RURAL	61
<i>O caminho de uma Extensão Rural diferenciada no Araripe</i>	<i>61</i>
<i>Caracterização geral do grupo de jovens pesquisados</i>	<i>64</i>
<i>A experiência de migração pessoal e familiar</i>	<i>65</i>
<i>O acesso à políticas para o desenvolvimento rural</i>	<i>66</i>
<i>O envolvimento e a participação</i>	<i>67</i>
<i>As perspectivas para o futuro e mudanças na visão de mundo</i>	<i>69</i>
<i>As mudanças nas práticas e atitudes</i>	<i>72</i>
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	77
APENDICE 01 – Questionário para as Organizações	83
APENDICE 02 – Questionário para os Jovens	84

Introdução

A música *Asa Branca* (1955), de autoria de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, talvez seja uma das maiores expressões musicais que ilustra o ambiente e o modo de vida das populações do Nordeste que vivem no campo, e especialmente no semiárido. A poesia de João Cabral de Melo Neto *Morte e Vida Severina* (1956), no campo da literatura, e o filme brasileiro *Tapete Vermelho* (2006), com direção de Luiz Alberto Pereira, na arte cinematográfica, talvez sejam outras importantes obras artísticas a ilustrar as condições, expressões, modo de vida e determinação de quem vive no campo, no interior do Brasil. Poderia apresentar ainda, outras tantas obras e expressões artísticas que expõem, explícita ou implicitamente, os elementos simbólicos e subjetivos de representação e formação do mundo rural brasileiro.

Recorro a essas obras artísticas para ilustrar as expressões, subjetividades, condições materiais e modos de vida e trabalho de parte da população camponesa do Brasil, dentro de sua diversidade. Essas expressões que evidenciam os valores simbólicos da população camponesa se contrapondo à visão linear de pensamento e de mundo, também denunciam como essa população foi historicamente privada das políticas públicas de desenvolvimento e excluída da participação nas riquezas geradas por essas políticas. Elas chamam a atenção para a forma de como se foi construindo na sociedade brasileira uma representação negativa daquilo que está relacionado à agricultura ou ao mundo rural, de modo geral.

Essa percepção do mundo rural e de quem vive nele esteve por muito tempo associada à pobreza, à fome, à falta de conhecimentos, às crendices, à falta de cultura, ao atraso, o oposto de tudo aquilo que é evoluído, civilizado e moderno, encontrados no espaço urbano. Sobre essa dimensão, Martins (1981) descreve as motivações e origens das várias denominações atribuídas aos camponeses no interior do Brasil, e como essas estavam associadas à distinção entre quem mora na cidade e quem mora no campo, sendo considerados aqueles que moram fora da cidade como “rústicos”, “ingênuos”, “inacessíveis”, “preguiçosos”, “tolos”. (MARTINS, 1981. p.22)

Essa construção de natureza sociopolítica e econômica acabou contribuindo de forma significativa para colocar a população rural brasileira, composta principalmente de agricultores familiares, à margem dos processos de desenvolvimento rural. A agricultura

familiar caracterizada por sua diversidade (WANDERLEY, 1996; MORAES e VILELA, 2003), associada aos vários elementos de sua própria formação histórica, a partir da constituição de diversos grupos ligados a heranças e matrizes culturais variadas, das necessidades e das experiências locais e regionais acumuladas, passando pela disponibilidade e acesso diferenciados aos recursos naturais e produtivos, das variadas paisagens, climas, solos, dos contextos econômico-produtivos, até o acesso diferenciado às políticas públicas como crédito, reforma agrária e assistência técnica.

Nesse contexto, faz-se imperativo que abordemos os significativos impactos sobre as populações rurais, gerados pela transposição do modelo de desenvolvimento urbano-industrial para a agricultura, que segundo Figueiredo e Lima (2006), tinha como principal objetivo o interesse econômico. Os impactos gerados especialmente pela adoção de uma base tecnológica e produtiva oriunda da “Revolução Verde” se expressam na perda da fertilidade dos solos; na diminuição e contaminação das fontes de água; e na perda da agrobiodiversidade ou diversidade agrícola (WEID, 2009). Além desses aspectos esse modelo de desenvolvimento pautado na agricultura químico-mecanizada também tem provocado a expulsão das populações tradicionais, seja pela pressão gerada na lógica de funcionamento do agronegócio, que tem limites para inclusão das famílias agricultoras, seja pela expropriação de suas terras e territórios, e dos recursos naturais ali disponíveis.

Um dos principais mecanismos e forma de introdução do padrão tecnológico urbano-industrial no campo foram os programas e políticas de extensão rural. De natureza político-ideológica, os serviços de assistência técnica e extensão rural implantados no final da década de 40 no Brasil tinham como principal objetivo a modernização da atividade camponesa, tida como atrasada e geradora de pobreza, utilizando-se do modelo difusionista-inovador, que segundo Fonseca (1985) reproduzia os padrões de dominação do capitalismo. Em 1974 é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, com o objetivo de atendimento às necessidades de expansão do sistema produtivo, fortalecendo o conceito de transferência de tecnologia agropecuária. (FONSECA, 1985)

Para Buarque (2008) os aspectos apresentados acima a cerca da visão modernizadora, caracterizaram o padrão de desenvolvimento pós-guerra, denominado de *fordismo*, que entrou em crise nos anos 70 e do qual emerge o processo de formação de um novo paradigma de desenvolvimento, que busca responder aos desafios e problemas do modelo em crise. Segundo o autor, esse processo de transformação tem suas bases na “aceleração e

aprofundamento da revolução tecnológica e organizacional” diante do qual a sociedade passa por uma “transição de paradigmas” de desenvolvimento associada à globalização e a “integração econômica”. (BUARQUE, 2008. p.17)

Como resultado desse processo de construção de novos paradigmas ao desenvolvimento, surge o desenvolvimento local a partir da perspectiva de valorização das potencialidades e recursos locais, da associação e convergência de esforços dos diversos sujeitos sociais, bem como da integração das dimensões econômicas e ambientais na busca pela sustentabilidade e pela geração de melhores condições de vida para a população. Diante dessa perspectiva, De Jesus (2003) define desenvolvimento local como:

“um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais”. (DE JESUS, 2003.)

Para Buarque (2008), o desenvolvimento local é entendido como um processo de mudanças que parte de dentro de uma determinada área territorial e “agrupamentos humanos” que geram transformações nas relações econômicas e na melhoria da qualidade de vida dessas populações. Segundo o autor, o desenvolvimento local em bases sustentáveis e sólidas deve “mobilizar e explorar as potencialidades locais”, garantir “oportunidades sociais” para a população, contribuir para a “viabilidade e competitividade da economia local” e assegurar a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 2008. p.25)

Embora esses conceitos sejam mais recentes, é importante resgatar Buarque (1999) ao afirmar que, num contexto de globalização, o desenvolvimento local é o resultado de esforços locais de estruturação e mobilização de sujeitos sociais, tendo como referência os seus potenciais. Caracteriza-se também por considerar a disponibilidade dos recursos humanos, ambientais e econômicos, bem como sua base cultural, na busca por competitividade em contextos de mudanças rápidas e constantes. Para o autor, na construção do paradigma do desenvolvimento local o domínio do conhecimento e o acesso à informação são elementos fundamentais para a inserção e a competitividade no mundo globalizado. Trataremos mais a frente sobre o desenvolvimento e algumas de suas implicações.

Ainda nesse contexto de novos paradigmas para o desenvolvimento a agroecologia surge como enfoque científico (ALTIERI, 2001), que apresenta novos parâmetros para o

surgimento de estilos de agriculturas em bases sustentáveis, bem como para a construção de estratégias de “desenvolvimento rural sustentável”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2007. p. 6-7). Essa perspectiva vem provocando processos de mudanças nos padrões de pesquisa e ensino de áreas do conhecimento ligadas às populações rurais como destacam os trabalhos de LIMA e DE JESUS (2006), MUSSOI (2006), e PETERSEN, DAL SOGLIO e CAPORAL (2009), assim como no aperfeiçoamento da prática educativa de organizações e movimentos sociais SANTOS (2007), LUZ (2007), e PARANHOS, SILVEIRA e NOGUEIRA (2007). Fazem parte dessas mudanças, a busca por novas estratégias na afirmação de suas posições políticas e metodológicas, bem como de influências nas práticas de assistência técnica e extensão rural por parte dos órgãos oficiais. A construção dessa perspectiva parece encontrar nos trabalhos de Miguel Altieri, Stephen Gliessman e Eduardo Guzmán suas principais referências.

Na perspectiva de construção do conhecimento que garanta o respeito e a autonomia para os sujeitos envolvidos nos processos de desenvolvimento local, o II Encontro Nacional de Agroecologia¹, reuniu no caderno *Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades*, um conjunto de treze experiências de vários estados e regiões do Brasil, que apresentam metodologias e estratégias diversas em que se dão os processos de construção do conhecimento agroecológico. A maioria dessas experiências são resultados do trabalho de organizações não governamentais e movimentos sociais junto à agricultores familiares e à jovens rurais como disseminadores do conhecimento. (ANA, 2007)

A construção do conhecimento fundamenta-se na problematização, nos saberes já adquiridos e no diálogo sobre a realidade. Freire (1977, p.55) afirma que é na relação entre educador e educando que se desenvolve uma posição crítica, resultando na percepção que o saber se encontra ou se constrói nessa interação. É com essa visão que o termo *construção do conhecimento agroecológico* vem sendo utilizado por muitas organizações, movimentos sociais e instituições de ensino e pesquisa, como referência a processos de elaboração de novos saberes a partir dos conhecimentos acumulados no cotidiano de gerações de agricultores familiares, e comunidades tradicionais, e da interação desses saberes com os

¹ Encontro realizado na cidade do Recife, entre os dias 02 e 06 de junho de 2006, que reuniu cerca de 1730 pessoas, representando diferentes identidades sócio-culturais como agricultores familiares, camponeses, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de coco, caatingueiros, criadores em fundos de pasto, seringueiros, caiçaras, técnicos, professores, pesquisadores, extensionistas e estudantes.

conhecimentos técnico-científicos. Segundo Ailton Santos esse “termo também representa um contraponto aos modelos convencionais de pesquisa agrícola e assistência técnica e extensão rural (Ater)” (SANTOS, 2007. p. 19), já que se distancia de qualquer perspectiva de concentração de saber e poder por parte do educador.

É nesse contexto de transição dos modelos de desenvolvimento rural e agriculturas convencionais para formas de desenvolvimento rural e agriculturas de bases sustentáveis (COSTABEBER e CAPORAL, 2007), que se encontra a agroecologia. A construção do conhecimento agroecológico se afirma como importante estratégia político-metodológica nesse processo, favorecendo olhares para as especificidades da agricultura familiar em toda sua diversidade de estilos, estratégias econômicas, sociais, políticas e culturais para sua reprodução, e dos diversos sujeitos envolvidos.

Uma iniciativa de desenvolvimento local no semiárido que adota a abordagem agroecológica, com implicações na reestruturação de dinâmicas do desenvolvimento rural, pode ser creditada à Articulação no Semi-Árido Brasileiro/ASA. Com ações de mobilização social que têm como principal estratégia a convivência com o semiárido, a ASA enquanto articulação da sociedade civil tem contribuído para mudanças significativas no direcionamento de políticas públicas para o desenvolvimento do semiárido. (ANDRADE e QUEIROZ, 2009)

Na presente pesquisa, focalizamos a juventude rural nesse contexto. A vivência do pesquisador ao longo de oito anos acompanhando grupos de jovens rurais no contexto da agricultura familiar do semiárido pernambucano, possibilitou a percepção do papel de destaque que a juventude parece desempenhar na construção de referências diferenciadas do meio rural, implicadas com aquelas concepções de desenvolvimento sustentável e agroecologia, como apresentadas anteriormente.

A construção do conhecimento agroecológico, por exemplo, é tarefa para qual os jovens rurais no semiárido pernambucano têm sido convocados. Tal exercício tem se comprometido em abordar o mundo rural não somente como espaço de produção de alimentos, de preservação dos recursos naturais ou da biodiversidade, mas também como espaço reprodutivo, como espaço de vida, de construção de conhecimentos, de relações sociais, econômicas e políticas, além de espaço de conflitos e disputas. É nesse contexto que reside a importância de pesquisas que tenham como categoria de análise a juventude rural. Neste estudo, busca-se compreender como a juventude rural enquanto público da assistência

técnica e extensão rural tem sido situada diante da utilização da agroecologia como princípio norteador das ações.

Estudo realizado por Nilson Weisheimer (2005) faz um balanço das pesquisas acadêmicas com foco nas juventudes rurais ao longo de quatorze anos no Brasil. O autor classificou as pesquisas em quatro linhas temáticas, relacionando-as às cinco regiões geográficas do país e às áreas de concentração dos pesquisadores. A maior parte das pesquisas se encontra em duas principais linhas temáticas *Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva e Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar*. As demais são classificadas em temas como *Juventude e Educação Rural* e *Juventude e Inserção no Trabalho*.

Embora o período do levantamento realizado tenha sido de 1990 a 2004, sendo necessária uma atualização dos últimos seis anos, o estudo aponta para um número ainda pequeno de pesquisas acadêmicas sobre jovens rurais, assinalando para uma necessidade de ampliação da discussão sobre o tema e considerando as profundas transformações por que passa o meio rural brasileiro, de modo a esclarecer as questões relativas ao modo de ser e de viver os processos sociais dos jovens que vivem no campo (WEISHEIMER, 2005).

O estudo de Weisheimer (2005) mostra ainda que a maioria das pesquisas sobre jovens rurais encontra-se nas regiões Sudeste e Sul do país. Esse dado demonstra a necessidade de ampliação das pesquisas sobre o tema da juventude rural na região Nordeste, uma vez que segundo França (2009) é nessa região onde se encontra cerca de 50% dos estabelecimentos da agricultura familiar do país, embora detenham apenas 37% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários na região. (IBGE, 2006)

Em Pernambuco, várias organizações não governamentais, pastorais, dioceses, movimento sindical, associações e cooperativas de agricultores/as - que se colocam no campo agroecológico e se organizam em torno da Articulação no Semiárido Pernambucano – ASA/PE, têm feito um esforço de garantir processos internos de formação de seu grupo de educadores, de sistematização de suas práticas e metodologias, e principalmente das experiências desenvolvidas pelas famílias agricultoras, numa perspectiva de se reconhecer e reelaborar sua prática educativa, como aprendizado contínuo. Esses processos têm gerado reflexões sobre as práticas institucionais, sobretudo a cerca das estratégias de abordagem da juventude rural, num contexto complexo e de disputas de projetos de sociedade e, sobretudo, de uma compreensão de que o mundo rural não está isolado, mas mantém trocas contínuas

com o urbano sem descaracterizar as especificidades de um ou de outro. (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2001)

Não tem sido incomum observar em determinados períodos do ano a saída de caravanas de ônibus com jovens dos municípios do interior do Nordeste brasileiro, e não menos diferente do semiárido pernambucano, tendo como destinos estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste, para o trabalho no corte da cana de açúcar, como constata Silva e Menezes (2007) aos estudarem a trajetória de jovens do sertão paraibano. Esse movimento parece ser mais uma das contradições que envolvem o universo rural quando observamos os dados de pesquisa realizada por Wanderley (2007), com jovens de três municípios pernambucanos, cujo percentual dos que afirmam desejar trabalhar em alguma atividade ligada ao setor agrícola é de apenas 4,6%, de um universo de 615 pesquisados.

Mesmo que poucos jovens mencionem se interessar pelo trabalho na agricultura quando perguntados sobre seus projetos profissionais, muitos têm deixado sua casa, família, amigos e relações estabelecidas, para passar períodos que variam de seis a oito meses em condições de trabalho e de vida muitas vezes subumanas, nas plantações de cana de açúcar em busca de uma renda e do sonho de ter a carteira de trabalho assinada. Esse fato nos ajuda a perceber que essa migração, muitas vezes temporária, contribui para a manutenção do trabalho com o mundo rural.

Para Menezes, Malagodi e Marques (2008), Malagodi e Marques (2007) e Menezes (2009) a migração de jovens para os centros urbanos não representa a desintegração dos laços e relações com o rural. Para os autores, a migração pode fazer parte de uma estratégia de reprodução da agricultura familiar seja para complementar a renda familiar, adquirir experiências de vida ou para viabilizar as condições materiais para realizar sonhos de consumo e profissionais.

Essa realidade tem características bastante peculiares, uma vez que também explicita a ausência ou frágil existência de políticas afirmativas voltadas à geração de oportunidades de trabalho e renda nos pequenos municípios do interior do Nordeste, e por reafirmar a manutenção do sistema econômico mundial sob as condições das desigualdades socioeconômicas, da mão de obra barata e pouco qualificada. Essa nossa afirmação se justifica no sentido de que o trabalho desenvolvido pelos milhares de jovens nordestinos no Sudeste e Centro-Oeste do país, tem servido a grandes conglomerados empresariais nacionais e estrangeiros, também responsáveis pela concentração da renda.

Diante da experiência do pesquisador com grupos de jovens no contexto da agricultura familiar do semiárido de Pernambuco, foi possível perceber que a juventude rural parece estar mais aberta a vivenciar e conhecer inovações que contribuam para mudanças na qualidade de vida, sobretudo aquelas que possam gerar mais renda e qualificação. No entanto também foi possível perceber o surgimento de conflitos entre os jovens e seus pais, muitas vezes resultados da tentativa de implementação de inovações na propriedade, que embora seja familiar está sob a direção do pai (Wanderley, 2007).

Essa natureza de conflito, gerada muitas vezes pelos limites produtivos da propriedade rural levam os jovens à decisão de sair em busca de conquistar um espaço onde possa participar das decisões. Sobre essa dimensão da autonomia nos processos decisórios seja no espaço da propriedade familiar ou da vida comunitária Castro (2008), relata um estudo realizado em um assentamento na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, onde a falta de credibilidade dos jovens assentados, alguns na condição de líderes comunitários, também coloca em xeque sua permanência no assentamento.

Entre os principais aspectos identificados de forma empírica pelo pesquisador a partir de sua vivência com grupos de jovens rurais², em relação às motivações que os levam aos movimentos migratórios, a falta de atividades de geração de renda ou de acesso à renda da unidade produtiva e às condições materiais para estudar, são as dominantes. São muitos os casos em que se identifica a participação efetiva dos jovens em todas as etapas da produção da agricultura familiar, mas não sua participação nos lucros da atividade produtiva. Sobre essa dimensão Carneiro (2005) afirma que a organização familiar do trabalho no campo tem uma natureza coletiva, pressupondo a não divisão dos recursos monetários resultante desse trabalho. Essa situação comum no meio rural brasileiro, e no semiárido de forma especial, gera conflitos na unidade familiar, uma vez que a juventude é um período da vida em que o indivíduo busca sua afirmação na sociedade, e as relações econômicas também são determinantes para essa afirmação.

Organizações não governamentais de Pernambuco têm desenvolvido ações específicas com a juventude rural, numa perspectiva de estimular o envolvimento e a participação desse público nos processos de desenvolvimento local. Essas ações buscam estimular e construir estratégias de formação em agroecologia e convivência com o semiárido, de envolvimento

² O pesquisador coordenou alguns projetos de extensão rural na perspectiva da agroecologia direcionados para jovens rurais dos territórios do Sertão do Pajeú, Agreste Setentrional e Zona da Mata Sul de Pernambuco, ao desempenhar a função de Coordenador Pedagógico do Centro Sabiá no período de 2005 a 2008.

nos processos e dinâmicas de comunicação e de mobilização social da juventude, numa perspectiva de geração de autonomia dos jovens. Isto acontece a partir da prática educativa desenvolvida pelas instituições, seja de forma isoladas e/ou em redes e articulações. (Rede ATER NE, 2006)

Essas iniciativas acontecem em um contexto de mudanças rápidas e constantes no mundo rural principalmente pela criação ou ajustes em programas que beneficiam a agricultura familiar como é o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e Programa de Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Além de mudanças nas estratégias educacionais com a interiorização de escolas de formação técnica como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a criação ou expansão de universidades públicas por meio dos campi avançados, o que certamente contribui para uma maior possibilidade de acesso dos jovens à educação profissional.

Considerando a trajetória construída pelas organizações da ASA Pernambuco, no que se refere a uma prática de extensão rural que lança mão dos princípios da agroecologia, e reconhecendo que só recentemente os órgãos governamentais de extensão rural têm adotado essa abordagem do ponto de vista institucional, consideramos que é junto às organizações não governamentais que temos um campo mais precioso de experiências e informações para nossa pesquisa, uma vez que essas organizações também desenvolvem historicamente ações específicas de extensão com a juventude rural, na perspectiva da agroecologia e da convivência com o ambiente.

Considerando que esses processos de formação têm a agroecologia como princípio norteador e que as contribuições dessa abordagem estão para além dos aspectos “tecnológicos ou agrônômicos” dos sistemas produtivos e incorporam às dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (COSTABEBER e CAPORAL, 2007, p. 13) nos questionamos sobre quais as mudanças que o acesso aos conhecimentos, processos e dinâmicas agroecológicas têm gerado na vida da juventude rural do semiárido pernambucano? Quais mudanças têm ocorrido nas atitudes e nas funções que a juventude rural tem assumido frente ao seu contexto de vida e trabalho?

Frente às questões aqui abordadas, essa pesquisa buscou analisar quais as mudanças ocorridas nas atitudes e visão de mundo dos jovens Agentes Promotores da Agroecologia - APAs, a partir da ação de extensão rural desenvolvida pelo Centro de Assessoria e Apoio aos

Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA, no Sertão do Araripe, na perspectiva da agroecologia para o desenvolvimento local sustentável. Nessa mesma perspectiva a pesquisa também buscou analisar quais as abordagens das organizações da ASA Pernambuco junto à juventude rural.

Metodologia da Pesquisa

A pesquisa buscou compreender os impactos da abordagem agroecológica no contexto de vida dos jovens que participaram do primeiro grupo de Agentes Promotores da Agroecologia – APAs no Sertão do Araripe de Pernambuco, formado no ano de 2005. Os APAs se constituem em uma ação de extensão rural coordenada pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA junto a jovens de vários municípios do Sertão do Araripe.

O CAATINGA é uma organização não governamental, com vinte e dois anos de fundação e que é oriunda da Rede Projeto de Tecnologias Alternativas – Rede PTA que reunia a partir dos anos 1980 grupos de profissionais das ciências agrárias no desenvolvimento de técnicas, experimentos e inovações que melhorassem a produtividade da agricultura de base familiar, como alternativas à tecnologias da Revolução Verde. Desde sua fundação em 1988 desenvolve ações de educação contextualizada para convivência com o semiárido, numa perspectiva de abordagem agroecológica. Também compõe o grupo de organizações e movimentos sociais que em 2000, deu origem à Articulação no Semi-Árido Brasileiro, a ASA Brasil. (CAATINGA, 2010)

Em 2003 um grupo de organizações não governamentais que atuam na região Nordeste, entre elas o CAATINGA, se articulou em torno do debate sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que ao tratar da criação de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, abriu a possibilidade de organizações não governamentais poderem desenvolver ações dessa natureza com financiamentos públicos. Essa articulação deu origem à Rede ATER Nordeste, que congrega um grupo de 12 organizações da região. (Rede ATER NE, 2008)

Fazendo parte dessa articulação, em 2004 o CAATINGA apresentou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário o projeto *Campo Ativo - Assessoria Técnica e Educação Rural em Agroecologia para Agricultoras e Agricultores Familiares*, como um projeto alternativo de assistência técnica e extensão rural para o Sertão do Araripe, centrado na ação dos Agentes Promotores de Agroecologia – APAs.

A metodologia do *Projeto Campo Ativo* utilizada pelo CAATINGA consistiu na construção de um processo de formação com duração de um ano, em vários temas que tocam a extensão rural na perspectiva de um enfoque sistêmico de abordagem para o desenvolvimento local sustentável, além de atividades práticas. A partir dessa formação os jovens APAs passaram a desenvolver ações de extensão rural junto às famílias agricultoras dos municípios do Araripe, no período de um ano, multiplicando princípios da formação: manejo sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, do estabelecimento de novas relações socioeconômicas e que horizontalizam os processos de construção de conhecimento. (CAATINGA, 2004)

Para Laville e Dionne (1999), compreender o problema da pesquisa é um fator determinante no desenvolvimento de uma investigação científica, sendo fundamental considerar a complexidade que o envolve, buscando a máxima atenção para não modificá-lo ou reduzi-lo. Para os autores, ao definir o caráter quantitativo ou qualitativo de uma pesquisa, é essencial que a escolha aconteça a partir do objeto a ser pesquisado, podendo ainda lançar mão de um procedimento que adote as duas perspectivas. A partir dessa premissa, adotamos o caráter qualitativo em nossa pesquisa por se tratar de um grupo específico.

A natureza do objeto de nossa pesquisa requer um olhar amplo para as várias dimensões objetivas e subjetivas que envolvem a juventude rural, especialmente aquelas envolvidas na abordagem agroecológica, contexto em que buscamos desenvolver nosso estudo. A necessidade de interpretação das informações obtidas na pesquisa, principalmente aquela de caráter subjetivo nos levaram a recorrer aos recursos metodológicos da fenomenologia e da hermenêutica. Segundo Demo (2009), essas opções metodológicas frequentemente são colocadas no campo das metodologias alternativas, e são consideradas ainda incipientes.

A hermenêutica é um recurso tradicional em metodologia, consistindo na capacidade de interpretação de textos e a própria comunicação humana, ou seja, “é a metodologia da interpretação” (DEMO, 2009. p. 249). Como outro recurso metodológico, utilizamos a

fenomenologia por entendê-lo fundamental para a interpretação dos aspectos que tocam os sentidos da vida dos jovens, onde se encontram os significados sociais. Demo (2009, p.250) define fenomenologia como “uma postura que prima pela modéstia do respeito à realidade social”, ou seja, busca compreender os aspectos da existência e da subjetividade da vida em sociedade.

Ao mesmo tempo em que valoriza as metodologias alternativas Demo (2009), chama a atenção para os limites que as mesmas carregam consigo. O autor destaca a preocupação com o exclusivismo dessas em detrimento de outras, que também têm seus espaços e importância. Como exemplo de limites o autor destaca a não permissividade para uma generalização estatística, cabendo apenas uma postura de generalização de caráter político, que demonstre sua capacidade de replicação ou de influir, o que não se configura em limitação para o estudo aqui realizado, já que não temos a pretensão de ampliar resultados, mas aprofundar compreensão de um dado grupo.

A pesquisa se constituiu em três etapas de coleta de dados, uma junto às organizações da ASA Pernambuco, outra junto aos jovens, e a terceira junto ao coordenador da ação no CAATINGA. Na primeira etapa foi enviada uma carta às organizações gestoras dos programas de mobilização social da ASA em Pernambuco: o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2.

A correspondência enviada às organizações teve o intuito de apresentar os objetivos da pesquisa, juntamente com um questionário de perguntas abertas (APENDICE 1) de forma a possibilitar a coleta de dados iniciais para uma caracterização sobre a atuação e abordagens utilizadas pelas organizações no campo do desenvolvimento local e da construção do conhecimento agroecológico, o público de sua ação e as estratégias utilizadas para envolvimento da juventude rural. Das doze organizações contatadas houve retorno de onze questionários, o que se configura, a nosso ver, uma aceitação da abordagem.

Sorrisos para todos os lados, muitos abraços, alguns mais aconchegantes e outros mais acanhados, lembranças do último encontro, gritos de surpresas pelos “novos” visuais, novidades expressas em palavras, gestos e demonstrações de afeto e carinho. Esse foi o cenário que permeou o início e o final do encontro realizado com os 20 jovens participantes dessa pesquisa, na cidade de Ouricuri, em outubro de 2010. A oficina foi a segunda etapa de coleta de dados da pesquisa, que teve o objetivo de aplicar um questionário com os jovens,

além de propiciar um momento de conversa livre entre o pesquisador e o grupo de jovens, sem a preocupação com roteiros.

Inicialmente o pesquisador se apresentou e falou dos objetivos daquele encontro, quando logo depois foi feita uma apresentação dos jovens, na qual cada um falava o nome e o município onde vive. Em seguida foram explicados os procedimentos para ressarcimento dos custos operacionais que os jovens tiveram para participar do encontro e combinado os horários, uma vez que muitos dos jovens moram em comunidades rurais dos municípios vizinhos e têm dificuldades com o transporte, o pesquisador distribuiu um questionário (APÊNDICE 2) para cada jovem e explicou que embora houvesse um espaço para identificação, as respostas não seriam identificadas, quando utilizadas posteriormente; os jovens, então teriam suas identidades resguardadas, deixando-os assim, mais a vontade para elaborarem suas respostas. O questionário foi lido e explicado ao grupo sem o uso de exemplos ou exercícios prévios, de modo a garantir que as respostas não tivessem influências externas daquele momento.

O questionário buscou coletar dados de caracterização geral dos jovens como a identificação de onde mora, idade e situação escolar; também foram abordadas questões relacionadas a casos pessoais ou familiares de migração; o acesso da família à políticas públicas; o envolvimento no trabalho de formação desenvolvido pelo CAATINGA; os aprendizados e dificuldades enfrentadas ao exercer a função de APA; as mudanças que conseguem perceber na vida de algum jovem e na sua própria vida, após desenvolver esse trabalho.

Após o questionário ter sido respondido pelos jovens, o pesquisador, animou uma conversa sobre as mesmas questões de modo a coletar mais informações que pudessem complementar a análise dos questionários. Esse momento foi muito mais descontraído e espontâneo uma vez que a partir das respostas surgiu descrição de situações concretas vivenciadas por algum membro do grupo.

A terceira etapa de coleta de dados da pesquisa consistiu na análise de documentos do CAATINGA relacionados ao trabalho com os APAs, principalmente o projeto que concretizou essa ação, e a realização de entrevista com o técnico que coordenou essa ação na organização em 2005. Nos documentos e entrevista realizada com o técnico, buscou-se entender o surgimento e opção pelo método de trabalho com jovens agentes, os princípios e

abordagens metodológicas utilizadas junto aos jovens, o funcionamento do processo de formação e as ações desenvolvidas pelos jovens junto às famílias agricultoras.

A elaboração do questionário enviada às organizações bem como aquele aplicado ao grupo de jovens segue a metodologia descrita por Laville e Dionne (1999), ao definir como técnica e instrumento de coleta de dados *questionários*, como eficiente por alcançar um maior número de pessoas simultaneamente e assegurar que cada pessoa veja as questões com a mesma construção e na mesma ordem. O método de questionário de perguntas abertas é considerado pelos autores como “precioso, quando o leque de respostas possíveis é amplo ou então imprevisível”. Em ambos os casos em que aplicamos o questionário, às organizações e ao grupo de jovens, para o tratamento dos dados deverão ser construídos grupos de respostas ou categorias de análises, que deverão ser interpretadas pelo próprio pesquisador. (LAVILLE e DIONNE, 1999. p. 186)

Para tratamento dos dados coletados por meio dos questionários aplicados às organizações da ASA Pernambuco e aos jovens, foi confeccionado um caderno com identificação e numeração de páginas, de modo a facilitar o acesso às informações e seu arquivamento para futuros acessos. A entrevista com o técnico do CAATINGA, foi gravada, transcrita e impressa, a qual foi incorporada ao caderno.

Para tratamento dos dados coletados foram elaboradas duas planilhas eletrônicas, uma para cada grupo participante da pesquisa, onde se compilou os dados dos questionários de modo a possibilitar uma melhor visualização das respostas e assim proceder com a análise. Por se tratar na maioria dos casos de respostas subjetivas, a análise dos dados foi realizada a partir do agrupamento de respostas, a partir dos quais foram criadas categorias de análise. A interpretação dos dados teve como referência os conceitos aqui já trabalhados de desenvolvimento local, construção do conhecimento agroecológico e abordagem educativa da extensão rural, bem como os objetivos descritos.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO, AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL

1.1 Alguns elementos sobre desenvolvimento

O modelo de desenvolvimento hegemônico na sociedade contemporânea tem contribuído de forma determinante para a manutenção e agravamento de um conjunto de crises globais. O atual modelo de desenvolvimento se estrutura e se mantém a partir do acúmulo de capital e do consumo dos recursos naturais (ALTIERI e MASERA, 2009), embora não tenha conseguido dar respostas eficientes aos diversos problemas que enfrenta a sociedade mundial, alguns seculares como a fome, a miséria e as desigualdades socioeconômicas, entre outros de natureza contemporânea como as crises energéticas e ambientais.

A demanda crescente pelo uso dos recursos naturais e energéticos para a manutenção do padrão de consumo mundial, principalmente dos países centrais, tem gerado históricas condições de subalternidade para as populações dos países periféricos. Referindo-se ao caso da América Latina Altieri e Maserà (2009) afirmam que a maioria dos problemas ambientais reside nas estratégias de desenvolvimento dominante e nas relações econômicas entre os países centrais e os países periféricos. Os países periféricos com uma população em condições socioeconômicas adversas se submetem à exploração da mão de obra barata por parte das grandes corporações; assumem necessidades para mudar seu padrão de consumo, e assim se incluem nos padrões de consumo; têm negados seus direitos sociais, econômicos e culturais; assim como, são expropriados dos seus territórios e dos recursos naturais ali existentes.

Sobre as condições dos países periféricos frente ao capitalismo, Furtado (1974), afirma que esses têm tido um maior grau de importância dentro sistema econômico mundial, seja pela dependência dos países centrais em relação à abundância de recursos naturais ou pela disponibilidade abundante de mão de obra barata, sendo considerado, este último, um dos principais aspectos para que o sistema urbano industrial se firme no conjunto do sistema econômico mundial. No entanto, questionamos se no contexto contemporâneo não tenha havido mudanças nas correlações de forças entre os blocos econômicos, sobretudo diante das crises sistemáticas do capitalismo ou de mudanças políticas ocorridas em alguns países como o Brasil por exemplo.

Ao mesmo tempo, ao perceber que a partir de meados do século 20 à primeira década do século 21, eclodiu um conjunto de crises mundiais, sejam elas de caráter econômico, alimentar, energético ou ecológico, os países centrais começam a rediscutir seus padrões de consumo, de desenvolvimento e seu papel na cooperação com o desenvolvimento dos países periféricos. É importante destacar que esse repensar não é homogêneo, nem mesmo consensual, uma vez que alguns dos países centrais não admitem mudanças radicais nos seus padrões de consumo frente às crises em curso. Um dos aspectos que podemos destacar é a resistência ao estabelecimento de limites para emissões de gases que causam o efeito estufa, determinados no Protocolo de Quioto. (PORTELLA, 2009)

As crises energéticas, alimentares e ecológicas, parecem apresentar uma relação bastante estreita entre si. No caso da crise energética, percebe-se que a partir da metade do século 20, as reservas de petróleo começam a dar sinais de esgotamento e se iniciam as projeções temporais dos limites de extração. Essas projeções, nada animadoras, estimulam o desenvolvimento de tecnologias alternativas para a geração de energia, a partir de outros recursos naturais como a água, na geração de energia hidroelétrica, além de fontes como o sol e o ar, na geração de energia solar e eólica, respectivamente. Mais recentemente, se percebe os investimentos em tecnologias para a produção, principalmente de combustíveis a partir de vegetais, que no Brasil se destaca os investimentos na produção de cana de açúcar para a produção de álcool combustível e de oleaginosas para o óleo diesel.

Está no contexto da crise energética, o padrão de consumo dos países centrais, e por que também não dizer dos países periféricos, guardadas as proporções de acumulação de capital entre ambos, que requer uma alta disponibilidade de energia para a produção de bens de consumo. Ao mesmo tempo, esse padrão de consumo requer outro padrão de produção primária, baseando-se em padrões tecnológicos de uniformização do campo que transformam os ecossistemas naturais em monocultivos. (GLIESSMAN, 2001)

Figueiredo e Lima (2006) diferenciando a crise ecológica causada pelos fenômenos naturais daquela causada pelas atividades econômicas industriais, afirmam ser essa última uma crise provocada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, no qual se fundamenta o crescimento econômico, por meio do aumento da produtividade do trabalho e do uso sem regras e sem limites dos recursos naturais.

Em um contexto mais recente da crise energética e dos investimentos em tecnologia para a obtenção de combustíveis ou “agrocombustíveis”³ a partir da produção vegetal, surge outro campo de discussão provocado principalmente pelos movimentos sociais do campo, em torno do uso de áreas de terras agricultáveis para o cultivo de vegetais destinados à produção de combustíveis concorrendo com a produção de alimentos (ALTIERI, 2007; WEID, 2009). Nesse mesmo sentido, o movimento agroecológico brasileiro manifesta preocupações com a expansão das fronteiras agrícolas sobre as áreas de vegetação nativa na maioria dos biomas, principalmente para o cultivo de soja, cana de açúcar e criação de gado bovino (ANA, 2006).

Os impactos do modelo hegemônico de desenvolvimento, sobre os ambientes naturais e sobre as populações locais, sejam eles de caráter social, econômico ou cultural, são preocupantes. Esse processo, que se expressa na contemporaneidade pelo termo do agronegócio quando o relacionamos ao meio rural, tem gerado mudanças nas práticas produtivas e da relação com o ambiente em que vivem as populações locais, seja pela incorporação de práticas e insumos antes não utilizados pela agricultura tradicional, e que se mostram insustentáveis sob vários aspectos, embora garantam a inserção dessa população nos padrões mundiais, seja pela inversão ou construção de novos valores culturais.

Podemos então sugerir que, as mudanças na relação entre seres humanos e a natureza ocorrida nas últimas décadas no meio rural acontecem pela geração de dependência de insumos externos e de tecnologias para o desenvolvimento de sistemas produtivos ou ainda pela perda de conhecimentos milenares do comportamento e dos fenômenos da natureza aplicados à agricultura, considerados por Weid (2009) como fundamentais para a retomada das práticas sustentáveis de produção.

1.2 Extensão Rural

Historicamente a prática da extensão rural no Brasil assumiu um papel de educação rural ao qual se agregou uma visão difusionista de tecnologias para famílias agricultoras. Essas práticas parecem-nos ter se estruturado em três principais dimensões: na transferência de tecnologia a partir do conhecimento técnico-científico; na percepção de que os

³ Expressão utilizada pelos movimentos sociais, para diferenciar os combustíveis da agricultura industrial, daqueles produzidos tradicionalmente por famílias agricultoras para seu consumo ou pequenas vendas.

agricultores, pela condição de pouco acesso à informação e à formação, têm poucos conhecimentos; e por último, na geração de dependência da atividade agropecuária dos insumos externos ou do mercado de modo geral. Fonseca (1985) discute o papel e a dinâmica do capitalismo brasileiro a partir do projeto de extensão rural implantado no país.

Essa opção política que permeou toda a existência da extensão rural no Brasil garantiu a disseminação de um padrão produtivo caracterizado pela manutenção da grande propriedade, a dependência de insumos externos, o conhecimento centrado no técnico e pesquisador, e a formação de uma cultura de grande produtividade, mantendo o Brasil na condição de país agroexportador de matéria prima até os tempos atuais.

Também se incorpora à teoria difusionista a ideia de que o conhecimento técnico-científico tem mais valor que o conhecimento popular, assim como a de que o desenvolvimento é associado à modernização. De modo geral, esse pensamento construiu uma proposta cujo objetivo é de gerar mudanças no comportamento dos habitantes dos países periféricos para que assim pudessem resolver seus problemas e alcançar o desenvolvimento econômico-social tendo como referência o desenvolvimento dos países centrais. (FONSECA, 1985)

A ideia de que a extensão reside em levar aos agricultores as soluções para seus problemas por meio da difusão de novos saberes, é o pensamento que permeou a política de extensão rural no Brasil por longos anos. Outra estratégia seria levar seus problemas e demandas para os centros de pesquisa e ensino, ou estações experimentais, de modo que esses, por sua vez, construíssem do ponto de vista experimental as soluções para aqueles problemas, que seriam difundidos para aqueles grupos demandantes e para outros que tivessem as mesmas necessidades. Paysant (1975) *apud* Fonseca (1985) define difusão e alocação de ideias novas como:

“transferência de certos traços de cultura de uma das áreas civilizadas a outra não civilizada. Se distingue, geralmente, a difusão por migração da população e por contato da população. O fato cultural que se segue pode ser material (uma técnica, um instrumento) ou moral (uma instituição, um costume, etc.)”. (Paysant,1975 *apud* Fonseca, 1985)

Segundo Fonseca (1985), Everett Rogers foi o idealizador e pensador estadunidense que propôs o modelo “difusionista-inovador” como adaptação do “modelo clássico” da extensão, a ser aplicado nos países periféricos ou subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia. Suas ideias se basearam em estudos realizados por sociólogos e antropólogos ingleses,

e na Teoria dos Sistemas Sociais elaborada por Talcott Parsons, cuja construção no campo da extensão reconhece o efeito das normas, posições sociais e hierarquia para direcionar a conduta dos membros de um Sistema Social, e entende que a difusão se reproduz no interior de um Sistema Social, podendo sua estrutura influir na dimensão de novas ideias, assim como sofrer mudanças a partir dessas inovações. (PARSONS, 1951, *apud* FONSECA, 1985)

Com a mudança no governo federal em 2003, as ações desenvolvidas no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER começaram a ganhar maior espaço e prioridade na agenda política, passando a ser de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que por sua vez desencadeou um processo para elaboração de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. (CAPORAL, 2006)

Construída em um processo de caráter representativo, no que se refere à participação social, aquele processo gerou um documento que passou a orientar, a partir de 2004 as ações e atividades de ATER no Brasil, o que nos parece constituir outro marco da extensão rural brasileira. Em dezembro de 2009, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural é instituída enquanto Lei. No entanto, no contexto dos desafios para a implementação da PNATER, percebemos uma questão a ser superada, que diz respeito às concepções para sua abordagem como uma prática educativa. Perceber a prática da extensão rural como uma ação educativa centrada no diálogo, no contexto local, e numa perspectiva de construção coletiva do conhecimento, é fundamental para que seus objetivos sejam alcançados, e as mudanças e transformações necessárias ao campo possam acontecer.

A PNATER apresenta uma abordagem para o desenvolvimento rural sustentável, a partir da contribuição dos movimentos sociais do campo. Segundo Lima (2009), a PNATER é resultado das pressões de diversos setores da sociedade organizada, seja por meio de instituições ou dos movimentos sociais, onde se constitui outra concepção sobre o desenvolvimento local e os sujeitos que o compõe, contribuindo para construção de novos paradigmas na ação governamental, sobretudo no que se refere à prática da extensão rural no Brasil.

Nesse contexto de implementação da Política Nacional de ATER, Caporal (2006) afirma haver quatro grandes desafios ou limites a serem superados no que se refere à extensão rural brasileira. Um desses desafios refere-se ao processo de “mudança institucional” dos organismos oficiais de extensão rural nos estados, no sentido de fazer uma ruptura do

pensamento desenvolvimentista até o momento dominante na lógica de gestão dos governos estaduais, para uma forma de entender a ATER numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável, tendo a agroecologia como paradigma dessa construção.

Em nossa compreensão, a PNATER estabelece um marco do ponto de vista conceitual, político e metodológico, ao adotar a agroecologia como base conceitual para o desenvolvimento sustentável do campo, ao ampliar o público de sua abrangência para além de agricultores familiares os assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta e seringueiros. Também se destaca na política o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a utilização de metodologias participativas, uma abordagem holística e um enfoque sistêmico que seja capaz de articular as questões locais às demais dimensões com que se relaciona. (BRASIL, 2004)

A Política Nacional de ATER foi instituída pela Lei N° 12.188 em 11 janeiro de 2010, sete anos após a elaboração da Política. O texto da Lei de ATER apresenta como um dos princípios da PNATER a expressão “agricultura de base ecológica” e não a expressão agroecologia, utilizada no texto da Política elaborada em 2003. Esse fato parece-nos caracterizar ser uma perda política do movimento agroecológico, o que pode de alguma forma comprometer seu processo de implementação tendo a agroecologia como base. (BRASIL, 2010)

Outro desafio apontado por Caporal (2006) refere-se às necessidades de mudanças nos padrões de pesquisa e ensino, as quais ainda mantêm um formato fragmentado e a serviço da iniciativa privada, limitando “os profissionais quanto à possibilidade de ter uma visão holística da realidade na qual vai atuar”, levando a uma visão do rural apenas como espaço de produção e não como lugar de viver. Um terceiro desafio refere-se à formação dos extensionistas para compreender e saber lidar com a diversidade própria da agricultura familiar e de outras categorias como a indígena e quilombola, por exemplo. A “legitimação e institucionalização” da PNATER, numa perspectiva de que sejam dadas as condições reais e políticas para sua implementação, são apontadas pelo autor como o quarto desafio a ser superado.

1.3 Agroecologia e Extensão Rural

Embora as práticas convencionais da extensão rural ainda estejam presentes na história contemporânea do Brasil, também há movimentos que se contrapõem a essas práticas e sua concepção político-ideológica e metodológica, como é o caso da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e da Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA Brasil, entre outras. Problematizar a partir da leitura da realidade, de modo a gerar reflexões críticas e a busca de respostas por quem vivencia essa realidade, é o fazer pedagógico de algumas organizações e movimentos sociais que denominam essa prática como *construção do conhecimento agroecológico*, a partir da compreensão de que “a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo no mundo com que e em que se acham*”. (FREIRE, 1978)

Não obstante todos os avanços e conquistas dos últimos anos, os serviços de assistência técnica na perspectiva da transição agroecológica ainda têm sido objeto de poucas iniciativas em termos de políticas públicas. Os órgãos relacionados à extensão rural só recentemente dispõem de parte das condições necessárias e adequada para a plena execução das ações de ATER, e em sua maioria, ainda passam por um processo de formação de seus quadros técnicos em vistas à mudança das abordagens centrada no modelo convencional de produção que se confronta diretamente com o que preconiza a agroecologia.

O termo agroecologia tem suscitado um amplo campo de debate e de construção conceitual que consiga explicitar a complexidade que lhe é atribuída, gerando assim vários significados e sentidos. Segundo Susana Hecht (1989), a agroecologia é superficialmente entendida como a incorporação de ideias ambientais e sociais a cerca da agricultura focando, para além produção, os aspectos de sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas, as relações socioeconômicas, culturais e políticas. Segundo a autora, apesar da ciência e prática agroecológica remontarem a “idade da própria agricultura”, o uso do termo é contemporâneo dos anos de 1970.

Também se destaca nesse debate conceitual Stephen Gliessman (2001. p. 54) que define agroecologia como a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”.

“A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva

e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade”. (GLIESSMAN, 2001. p. 54).

Afirmando que a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas para uma melhor e maior compreensão sobre a natureza e princípios dos agroecossistemas, Altieri (2001) afirma que:

“trata-se de uma abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade em geral.” (ALTIERI, 2001. p. 18)

Figueiredo e Lima (2006), ao analisarem alguns conceitos sobre agroecologia, encontram no conceito de Guzmán (1999) uma explícita conotação política da agroecologia, que por sua vez emerge como uma possibilidade de resistência aos interesses econômicos dominantes de corporações nacionais e internacionais que controlam o agronegócio e o sistema agroalimentar mundial.

“pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante proposta de desenvolvimento participativo a partir do âmbito da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, e com isso enfrentar-se ao neoliberalismo e sua globalização econômica.” (GUZMÁN, 1999. p. 02, *apud* Figueiredo e Lima, 2006. p. 37)

No Brasil, a agroecologia torna-se uma abordagem com maior utilização pelas organizações no final da década de 80 para início dos anos 90, com a tradução do livro *Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa*, de Miguel Altieri, em 1989. Embora as ações de ONGs e movimentos sociais no campo da agricultura alternativa, também buscassem estabelecer mecanismos e inovações no campo da agricultura, somente nesse período começam a adotar a agroecologia na construção de um novo paradigma para o desenvolvimento rural.

Autores como Ploeg (2009) e Wanderley (2009) destacam o papel de resistência da agricultura familiar camponesa ao modelo hegemônico da agricultura moderna, que se baseia no uso intensivo de insumos externos aos agroecossistemas. Para Ploeg (2009) há várias

formas de resistência por parte da agricultura camponesa às formas da agricultura empresariais e capitalistas, e uma dessas formas de resistência é a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho. Para o autor essa forma de resistência faz parte da agricultura contemporânea e se expressa na agroecologia, na heterogeneidade de práticas da agricultura camponesa, no uso do capital ecológico, no uso dos recursos materiais e sociais produzidos e reproduzidos na unidade familiar, e na autonomia em relação ao mercado.

Para Gomes de Almeida (2009) o processo de resistência e mobilização vivenciado ao longo dos últimos 25 anos no Brasil por organizações não governamentais, setores da igreja católica e movimentos sociais, gerou em “dimensão nacional” uma fecunda e ampla dinâmica de “experimentação social de inovações” no âmbito dos agroecossistemas familiares e comunitários, tendo como princípio a geração de autonomia local. Para o autor, esse percurso com a diversidade de sujeitos e de contextos socioambientais contribuiu de forma significativa para delinear novas perspectivas para o mundo rural, afirmando que é a partir da existência “dessas identidades” que se permite fazer referência a um *campo agroecológico brasileiro*. (GOMES DE ALMEIDA, 2009. p.68)

Fruto e processo dessa movimentação foi o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA em 2002, após a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia⁴ na cidade do Rio de Janeiro, que mobilizou cerca de 700 pessoas entre pesquisadores, professores, técnicos, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, entre outras categorias rurais, para a troca de experiências, numa perspectiva de construção coletiva do conhecimento, e a discussão político-metodológica em torno da construção de uma realidade rural mais inclusiva e sustentável, configura-se em um passo muito importante do movimento agroecológico no Brasil.

Os processos horizontais de construção do conhecimento que envolvem as mudanças no padrão de desenvolvimento rural é outra estratégia no campo político-metodológico que se destaca na construção do campo agroecológico brasileiro, e faz parte das inquietações que nos levaram a essa pesquisa. O trabalho desenvolvido por organizações não governamentais,

⁴ O I Encontro Nacional de Agroecologia surgiu da necessidade de troca de experiências metodológicas e das práticas de agricultura sustentável, e uma maior articulação política entre as diversas organizações e movimentos sociais que trabalham numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável. Essas organizações, oriundas da Rede Projetos de Tecnologias Alternativas – Rede PTA, se consolidaram na construção de referenciais metodológicos e no desenvolvimento de inovações e práticas de agricultura sustentável junto a agricultores familiares e camponeses, e outros públicos da extensão rural.

pastorais ligadas à igrejas e movimento sociais a partir da década de 80, segundo Gomes de Almeida (2009) com o objetivo de minimizar os efeitos da “degradação das economias camponesas e da intensificação do esvaziamento do campo” resultados do processo de industrialização da agricultura, buscava responder às necessidades de fortalecimento da luta pela terra para a produção e geração de renda, e construir uma resistência à lógica econômica capitalista que geravam processos de migração e de expropriação das populações rurais.

Chamadas de “conversão ecológica da agricultura” ou “transição agroecológica” (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2004), algumas estratégias no campo da agroecologia vêm sendo construídas com o intuito de fortalecer experiências da agricultura familiar de manejo sustentável dos recursos naturais. Essas alternativas contemplam o resgate do modelo “tradicional” de agricultura com base no manejo sustentável dos recursos naturais, caracterizado por sistemas complexos de produção, pelos policultivos, utilização mínima de insumos externos, reciclagem de nutrientes, dentre outros. A agricultura familiar, nesse sentido, além de contribuir com a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas, e com os indicadores socioeconômicos do país, é responsável por uma série de serviços ambientais como a conservação do solo, da água e da agrobiodiversidade.

Lançando mão do enfoque agroecológico, as organizações não governamentais e movimentos sociais desenvolvem ações de cunho sistêmico com grupos de agricultores e jovens rurais, articulando os saberes tradicionais com os conhecimentos técnico-científicos e incentivando os processos de inovação tecnológica. Os sistemas agroecológicos resgatam e ampliam a agrobiodiversidade, possibilitam o acesso a mercados, restauram e conservam os recursos naturais, buscam a participação de todos os sujeitos do núcleo familiar e têm conseguido gerar um processo de movimentação social bastante intensa por meio da organização, dos intercâmbios e trocas de saberes entre agricultores e agricultoras.

A prática cotidiana de agricultores e técnicos na implementação de inovações criam um ambiente que constrói e fortalece os processos agroecológicos a partir da perspectiva da construção do conhecimento agroecológico, definida por Ailton Santos (2007) como processo de “elaboração de novos saberes sobre a Agroecologia a partir dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras e da sua interação com o saber técnico-acadêmico”. (SANTOS, 2007. p.19)

Entre os avanços que merecem destaque na PNATER está o reconhecimento de várias categorias sociais, até então omitidas das políticas de assistência técnica e extensão rural como os extrativistas, seringueiros, povos da floresta, quilombolas e indígenas. A juventude rural tratada com especificidade pela política por meio da diretriz de “viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão” e como orientação estratégica de “contribuir na orientação dos processos organizativos e de capacitação de jovens e de mulheres trabalhadoras rurais, considerando suas especificidades socioculturais” também merece atenção especial. (BRASIL, 2004).

Essa referência à juventude rural, à qual reclamamos uma especial atenção, parece-nos frágil ao não considerar a complexidade em que está inserida essa categoria e às dimensões que a cercam para além das atividades produtivas, na perspectiva de manutenção da agricultura familiar como trata a própria PNATER e para o próprio desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO

2.1 Agricultura Familiar

O debate conceitual sobre agricultores familiares e camponeses tem sido bastante rico no mundo acadêmico, por isso consideramos imprescindível fazer uma breve abordagem sobre esse debate. O conceito de agricultura familiar, como afirma Carneiro (1999), ainda mantém um conjunto de divergências no que se refere aos princípios definidores, embora se perceba um consenso ao se definir a agricultura familiar como uma unidade de análise, aqui tratada por nós como um agroecossistema, no qual há uma íntima relação entre trabalho, terra e família. As nuances e divergências recaem sobre a compreensão e reconhecimento do caráter heterogêneo da agricultura familiar.

Para Wanderley (2009) não há uma variação radical entre agricultores familiares e camponeses, uma vez que ambos têm como característica central a gestão da unidade de produção que é feita pela família. Para a autora, em certa medida são categorias equivalentes, onde o adjetivo *familiar* reforça “as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio”. (WANDERLEY, 2009. p.41)

Dialogando com essas abordagens, Carneiro (1999) afirma que a agricultura familiar camponesa se diferencia da agricultura empresarial pela relação entre propriedade e trabalho no âmbito familiar, e pela utilização do capital ecológico segundo Ploeg (2009). Para nosso entendimento essa diferenciação torna-se fundamental para entendermos o desenvolvimento da agricultura em geral, bem como para que se possa inferir sobre as potencialidades de uma agricultura em bases sustentáveis. Para Buainain (2006) a terminologia agricultura familiar é utilizada enquanto valor político e apropriada enquanto identidade para que se tenha o reconhecimento e a inserção na agenda política do país.

Essas dimensões que diferenciam a agricultura familiar da agricultura empresarial contribuem de forma significativa para o reconhecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil. Segundo Veiga (2000, p.19), somente com “muito atraso histórico” é que as elites reconhecem os agricultores familiares como sujeitos coletivos do desenvolvimento rural brasileiro. Essa importância passa pelas características multifuncionais

da agricultura familiar, ao se consolidar como modo de vida, de trabalho e responsável pela manutenção da agrobiodiversidade, da fertilidade dos solos, das fontes de água, da cultura camponesa e, sobretudo pela manutenção dos conhecimentos tradicionais da agricultura. Também é na agricultura familiar que se encontra o desenvolvimento de diversas atividades que estão para além das atividades agropecuárias como a produção de artesanato, o turismo rural e a agroindustrialização da produção em empreendimentos associativos, como as cooperativas.

Reconhecida muitas vezes apenas por seu caráter produtivo, a agricultura familiar de fato é responsável por grande parte da produção de alimentos que abastece o mercado interno brasileiro, mesmo considerando ainda ser o setor da agricultura que receba menos recursos, quando comparado aos investimentos no agronegócio. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário o Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 dispõe de um volume de recursos da ordem de R\$ 16 bilhões de reais para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que ao compararmos com os dados da safra 2002/2003 se percebe uma aumento de mais de 500%, período em que começa o primeiro governo Lula e que se registrou os maiores investimentos para o setor. Ao mesmo tempo, os recursos destinados ao plano voltado para a agricultura empresarial ou Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 são da ordem de R\$ 116 bilhões destinados também para custeio, investimento e comercialização. (BRASIL, 2010)

Demonstrando o papel produtivo da agricultura familiar os dados do Censo Agropecuário 2006 indicam que o setor é responsável pela produção de 87% Valor Bruto da Produção da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café e 34% do arroz. Além da produção vegetal, também é responsável pela maior produção pecuária com 58% do leite, 59% das aves, 50% dos suínos e 30% dos bovinos, considerando que a agricultura familiar tem a menor área de pastagem quando comparada a *agricultura não familiar*⁵. (IBGE, 2006)

Ainda assim é importante destacarmos que é na região Nordeste onde se concentra o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do país, com cerca de 50% do total, ocupando apenas 35% da área, sendo que 31% desses estabelecimentos têm menos de 100 hectares, representando a região com o maior déficit agrário do país e uma região semiárida das mais populosas do mundo. A Região Nordeste do Brasil, em relação às demais

⁵ Expressão utilizada pelo IBGE para diferenciar a agricultura empresarial da agricultura familiar.

regiões do país tem o terceiro maior território, e possui uma população com pouco mais de 53 milhões de habitantes, dos quais 26,7% vivem na zona rural nordestina. (IBGE, 2010)

Dados do Censo Agropecuário 2006, ainda nos mostram um aumento de 412.598 estabelecimentos da agricultura familiar em comparação com o levantamento anterior, embora tenha diminuída a área para o segmento, de 107,8 milhões de hectares em 1996, para 106,8 em 2006, o que corresponde a uma diminuição de aproximadamente 1%. Apesar de ter aumentado o número de estabelecimentos da agricultura familiar e esse segmento represente 84,4%, só detém 24,3% da área total, enquanto que a agricultura não familiar representa apenas 15,6% dos estabelecimentos ocupando 75,7% da área total. (IBGE, 2006)

Esses dados podem demonstrar as preocupações e reivindicações dos movimentos sociais do campo na luta contra o persistente modelo de desenvolvimento rural ainda concentrador de terras no Brasil e a necessidade de um processo de reforma agrária mais eficiente. Estes dados revelam a manutenção do quadro de concentração de terras no Brasil, que não é diferente no Estado de Pernambuco, onde 275.740 estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 2,57 milhões de hectares, enquanto que 29.048 estabelecimentos da *agricultura não familiar* ocupam 2,87 milhões de hectares.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração, sobretudo pelos objetivos que compõem esse trabalho, são os dados de ocupação gerados pela agricultura familiar. Segundo o Censo Agropecuário 2006, o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar é 12,3 milhões ou 74,4% das pessoas ocupadas no campo, enquanto que a *agricultura não familiar* ocupa apenas 4,2 milhões, o que corresponde a 25,6%⁶. Esses dados nos mostram que mesmo com uma tendência de diminuição de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias, a agricultura familiar foi capaz de gerar mais postos de trabalho que o agronegócio ou *agricultura não familiar*. (IBGE, 2006)

Sobre esse último aspecto ao demonstrar que o maior número de pessoas ocupadas esteja nos estabelecimentos da agricultura familiar, essas ocupações não significam necessariamente que são em atividades agropecuárias, mas percebe-se um crescente movimento da população rural no desenvolvimento de atividades não agrícolas, sobretudo na região Nordeste. Segundo Del Grossi e Silva (2002) durante os anos 90 se observou uma

⁶ Esses dados correspondem a 15,3 postos de trabalho por 100 hectares gerados pela agricultura familiar, enquanto que o agronegócio gera apenas 1,7 postos.

diminuição do êxodo rural para as cidades, embora continue existindo um intenso êxodo agrícola, o que significa que as pessoas, embora continuem morando no campo, estão deixando de desenvolver atividades agropecuárias para desenvolver atividades não agrícolas.

2.2 Caracterizando o Semiárido

Considerando que essa pesquisa se desenvolveu no contexto da agricultura familiar no semiárido brasileiro, julgamos de extrema relevância abordar algumas dimensões que cercam esse território. Historicamente os governos em suas diferentes esferas e alguns organismos de pesquisa e desenvolvimento afirmaram que o problema da região Nordeste era a seca ou má distribuição das chuvas. Este discurso, que buscou naturalizar a realidade da região, serviu de pretexto para a manutenção das elites políticas e econômicas nos espaços de poder em troca de soluções paliativas para os problemas enfrentados pela maioria da população. Um dos grandes problemas que tem de fato, impactado a agricultura familiar no semiárido são os processos de desertificação, consequência dos desmatamentos e queimadas e de práticas agrícolas inadequadas que diminuem a biodiversidade da caatinga, empobrecem o solo e destroem as fontes de água, dificultando o desenvolvimento da agricultura na região. (BRASIL, 2007)

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, o semiárido se estende por 975 mil quilômetros quadrados, com um número de 1.133 municípios de 09 estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, e possui uma vegetação predominante de Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, rica em espécies vegetais que não existem em nenhum outro lugar do planeta. (ASA, 2010)

Essa região semiárida também é caracterizada pelas diferenças na precipitação anual de uma região para outra. Em alguns locais, o índice das chuvas pode chegar a 800 milímetros por ano, já em outros, a média passa pouco dos 300 milímetros anuais. Sendo considerada a região semiárida mais chuvosa do mundo, porém, as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% não são aproveitadas em virtude da evaporação e do escoamento superficial. Também faz parte das características do semiárido brasileiro a irregularidade das

chuvas, havendo longos períodos de estiagem que atingem de forma direta o grande contingente de agricultores familiares que vivem na região. (BRASIL, 2007)

O modelo de desenvolvimento, sobretudo pautado na economia de criação de gado em grandes fazendas gerou uma população excluída, politicamente subjugada ao poder dos grandes proprietários e vivendo de forma precária. As práticas não-sustentáveis de criação de gado extensivas, de desenvolvimento da agricultura baseada no desmatamento e nas queimadas e da extração da madeira da caatinga para fazer carvão, têm tido um forte impacto negativo na preservação ambiental, na pobreza da população e na ampliação da desertificação nesta região. (BRASIL, 2007)

As políticas de desenvolvimento para a região estiveram pautadas ao longo dos anos na ideia de combater a seca e, como estratégia para isso, o investimento em grandes obras hídricas como a construção de barragens, açudes, adutoras e poços, disseminando e reforçando ainda mais o modelo concentrador que não garantiu água para as populações difusas. Mostrando-se mais eficientes para atender às necessidades das famílias agricultoras, as experiências de democratização do acesso à água vieram de iniciativas comunitárias como a construção das cisternas de placa, das cisternas-calçadão, das barragens subterrâneas, dos tanques de pedra, também conhecido como caldeirões, e outras pequenas obras familiares, simples e baratas. Muitas dessas tecnologias e estratégias fazem parte das ações desenvolvidas e disseminadas pela Articulação no Semi-Árido brasileiro, ASA Brasil. (ASA, 2009)

A realidade do semiárido brasileiro é, sem dúvida, bastante preocupante e incontestável, devido ao agravamento da pobreza e dos processos de desertificação que ocorrem em várias partes da região. As relações entre os seres humanos e a natureza nessa região, desde seu processo de colonização, vêm sendo pautadas pela relação de exploração dos recursos naturais por parte dos grandes empreendimentos agrícolas e pecuários ou por uma opção de desenvolvimento que não resolveu o problema da pobreza e desigualdades. Essa relação de exploração tem provocado e agravado a situação socioeconômica das comunidades que vivem no semiárido brasileiro.

No entanto, percebe-se um processo de mudanças na região, ao nos depararmos com a evolução dos indicadores sociais como mortalidade infantil, taxa de alfabetização, expectativa de vida, saneamento básico, coleta de lixo, e rede coletora de esgoto, como analisa Valente Junior (2010). Segundo o autor, a melhoria nos indicadores ocorreu principalmente nas

capitais e regiões metropolitanas do Nordeste, embora também se perceba mudanças nas áreas rurais. Certamente essas mudanças analisadas por Valente Junior (2010) no período de 1960 a 2007 devem-se às mudanças nas prioridades adotadas pelos governos, sobretudo nos últimos anos e por ações desenvolvidas por redes de organizações e movimentos sociais que atuam na luta pela garantia de direitos.

Percebe-se também um processo de mudanças na forma de manejo dos recursos naturais, cujas experiências se baseiam numa ação de extensão rural que adota a agroecologia como estratégia para enfrentar os processos de desertificação, melhorar a produção agropecuária e a qualidade de vida da população do semiárido (ORTEGA, 2006). Essas experiências que se fundamentam na compreensão de um processo de educação para convivência harmoniosa com o ambiente a partir das realidades e potencialidades locais, também se colocam no campo da agroecologia, abordagem que trabalha as relações dos seres humanos com a natureza em todas as suas dimensões, têm mostrado que as relações entre os seres humanos e a natureza podem ser harmoniosas, respeitadas, produtivas e que abrem perspectivas positivas para as futuras gerações de agricultores familiares.

2.3 O Sertão do Araripe Pernambucano

O Sertão do Araripe, área na qual se desenvolveu essa pesquisa, está localizado na região semiárida de Pernambuco e é formado pelos municípios de Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilandia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade, compreendendo uma área de 12.020,3 km², e faz divisas com os estados de Piauí e Ceará. Assim como grande parte do interior do Nordeste, sua formação se deu por meio da atividade de criação de gado em meados do século dezenove. O município mais antigo da região é Ouricuri, onde se instalou uma das primeiras famílias colonizadoras da região. No ano de 2003 a região do Sertão do Araripe, passou a integrar o Programa Territórios da Cidadania do governo federal, que embora faça parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é formação por uma ação articulada de vários ministérios para a promoção do desenvolvimento territorial. A região constituiu-se no Território do Sertão do Araripe, cujo conceito de território adotado pelo programa é:

“um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por grupos sociais relativamente distintos que se interrelacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento”. (BRASIL, 2009)

A região que compreende o Território do Araripe, segundo do Censo Populacional 2010 tem uma população de 307.658 habitantes, registrando um aumento de 9,8% em relação à pesquisa anterior. Do total de habitantes do Território do Araripe 46,3%⁷ vivem no meio rural, dado que nos permite observar uma diminuição da população rural quando comparamos com os dados do Censo Populacional realizado em 2000, era de 53%.

Segundo dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe, o Território possui uma significativa participação social por meio de organizações como ONGs, associações, sindicatos e cooperativas; movimentos sociais de luta pela terra como o MST e o MPA; e espaços de controle social como fóruns e conselhos. Segundo o mesmo Plano, o Território recebeu em 2009 mais de R\$ 86 milhões, considerando o programa social de distribuição de renda o Bolsa Família, programas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento, todos os municípios do Território estão cobertos pelos programas ProJovem Adolescente, que atende adolescentes entre 15 e 17 anos no desenvolvimento de atividades para qualificação profissional; e o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que atende a crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos, que porventura estejam trabalhando em atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes. O Plano afirma ainda que em 2010, os dois programas receberam pouco mais de R\$ 2,5 mi para seu funcionamento. O que é importante destacar é que na maioria dos municípios esses programas só atendem a adolescentes e crianças das cidades, sobretudo da periferia.

É no Território do Araripe que se encontra uma das maiores reservas de gipsita⁸ do mundo, sendo a maior do Brasil. Segundo Falcão (2009) o Pólo Gesseiro é formado pelos municípios de Araripina, Bodocó, Ipubi, Ouricuri e Triundade, gerando em torno de 12 mil empregos diretos e 60 empregos indiretos, recaindo sobre essa atividade econômica um grande impacto negativo no meio ambiente e nas atividades agropecuárias. Segundo a mesma

⁷ IBGE. Censo Populacional 2010.

⁸ Minério utilizado para produção de gesso, utilizado principalmente na construção civil.

autora no Território também se destacam outras atividades econômicas como a mandiocultura, responsável por 21,5% da produção de mandioca do estado de Pernambuco; a apicultura, que corresponde a 53% da produção de mel do estado; a caprinovinocultura, considerada de impactos positivos para a segurança alimentar e geração de trabalho e renda para as famílias agricultoras. A bovinocultura também é destacada pela autora como sendo a atividade no Território responsável por 11,46% do rebanho do estado de Pernambuco.

Nos municípios que compõem o Território do Araripe predomina a agricultura familiar, sendo os principais cultivos de feijão e milho, e a criação de caprinos, ovinos e bovinos em pequenas propriedades. A imensa maioria das famílias agricultoras depende dos programas sociais dos governos, principalmente do governo federal como o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural, para garantir a sobrevivência.

2.4 Ações de Desenvolvimento para o Semiárido

Como afirma Galindo (2008), ao fazer uma análise sobre as estratégias de desenvolvimento para o semiárido, as políticas governamentais para a região sempre estiveram pautadas na concepção de combater a seca, criando para isso no início do século passado a Inspeção de Obras Contra a Seca, que em meados do mesmo século passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, como é conhecido atualmente. A institucionalização dessa concepção viabilizou um plano de desenvolvimento para a região que apenas contribuiu para o aumento das desigualdades socioeconômicas quando se pautou na construção de grandes obras hídricas, projetos de irrigação, utilização de sementes melhoradas, ações que pouco atendia à grande massa da população rural e reforçava o poder político e econômico das oligarquias locais.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no final dos anos 1950 do século passado, apesar de fazer parte de seus planos objetivos para diminuir as diferenças entre o Nordeste e a região Centro-Sul do país, foi acometida por uma série de equívocos como afirma Galindo (2008) ao ter sua atuação limitada pela instalação do regime militar em 1964, que acabou centralizando no plano nacional as ações e iniciativas regionais.

Com objetivos definidos para promover o desenvolvimento da região Nordeste, frente às condições socioeconômicas em que viviam sua população, não podemos esquecer que a

concepção de desenvolvimento adotada pela SUDENE remete à uma visão modernizadora que marcou o Brasil nos anos 1950, que visava uma integração do país aos avanços do mundo moderno, e essa visão contribuiu de forma significativa para os processos de urbanização da região com a instalação de parques industriais enquanto que para as áreas rurais os investimentos foram muito poucos. (GALINDO, 2008. p. 28)

É nesse contexto de questões de natureza históricas, sociopolíticas e ambientais que cercam a região Nordeste do Brasil, e especialmente o semiárido, que entendemos emergir um novo paradigma de desenvolvimento preconizado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro, a ASA. Diferentemente das iniciativas e estratégias governamentais empreendidas para o desenvolvimento da região, a ASA se construiu a partir de movimentos e experiências que surgiram no meio popular como resultado da luta pelo direito de participar e influir nos rumos do desenvolvimento da região. (ASA, 1999)

No final da década de 1990, foi realizada na cidade do Recife a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação, se constituindo em um espaço raro para discussão sobre regiões semiáridas do planeta, num momento em que a região semiárida do Nordeste enfrentava mais um longo período de estiagem. Nesse instante histórico os vários fóruns e articulações da sociedade civil da região Nordeste realizaram um Fórum Paralelo à COP3 que contou com a participação de representações de outros países, e lançaram a Declaração do Semi-Árido. (ASA, 1999)

Esse documento apresentou para as autoridades e sociedade em geral um conjunto de ações emergenciais e de políticas públicas que atendessem às necessidades das populações da região, numa perspectiva de não mais combater a seca, mas que garantissem ações estruturadoras para a convivência com o semiárido. O documento estabelece um conjunto de diretrizes que devem orientar as ações públicas, sobretudo numa perspectiva de sustentabilidade, fortalecimento da sociedade civil, inclusão de mulheres e jovens nos processos de desenvolvimento, manejo sustentável dos recursos naturais, e por fim o financiamento de um programa convivência com o semiárido. (ASA, 1999)

A organização do Fórum Paralelo contou com a coordenação das organizações da sociedade civil brasileira que atuam no semiárido, que no ano seguinte consolidou a Articulação no Semi-Árido Brasileiro formada por mais de 700 organizações entre ONGs, pastorais sociais, dioceses e paróquias, sindicatos e associações rurais, organizações culturais

entre outras, dos nove estados da região Nordeste mais o estado de Minas Gerais. A partir da Declaração do Semi-Árido e com a consolidação da Articulação em nível regional, iniciou-se uma negociação com o governo brasileiro para o financiamento de um programa de convivência com o semiárido, que estabeleceu como meta a construção de um milhão de cisternas rurais em todo o semiárido brasileiro. (ANDRADE e QUEIROZ, 2009)

Inicialmente apenas com ações para o desenvolvimento do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC, cujo principal objetivo reside no processo de educação para convivência com o semiárido tendo como estratégias a implantação de tecnologia para captação de água da chuva e atividades formativas, a partir de 2007 a ASA incorporou em suas ações o Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2, cujas ações também são de educação para convivência com o ambiente, mas que se propõe a irradiar e consolidar experiências com tecnologias sociais de manejo produtivo da terra e da água. (ANDRADE e QUEIROZ, 2009)

A ASA instalou uma estrutura de funcionamento que busca horizontalidade nos processos de decisão num formato de Coordenação Executiva – CE, composta por dois representantes de cada estado de abrangência do semiárido, cujos representantes são escolhidos nos fóruns ou articulações estaduais⁹. A gestão dos programas funciona a partir das demandas dos estados e dos projetos elaborados, apresentados e negociados pela ASA Brasil junto aos organismos de fomento que em sua maioria são organismos do governo federal.

No espaço da Coordenação Executiva da ASA, entre outras dimensões de natureza política, discute-se o direcionamento dos recursos e metas de construção de cisternas e implementações de outras tecnologias de captação e manejo da água das chuvas, de capacitação em sistemas de produtivos com pequenas irrigações, como é o foco do P1+2. A partir dos debates na CE, cada fórum ou articulação estadual, discute quais os territórios e microrregiões aonde serão aplicados os recursos, e as metas para implementação das tecnologias. Contudo, é importante destacar que a ação da ASA não se restringe às tecnologias de captação de água da chuva, mas também ações de natureza política como as concepções de desenvolvimento a serem adotadas, bem como aquelas que asseguram os

⁹ As organizações e movimentos sociais que discutem e desenvolvem trabalhos em torno da convivência com o semiárido se mobilizam em espaços denominados articulações ou fóruns de âmbito estadual. Como exemplo dos estados da Paraíba onde já havia uma Articulação no Semi-Árido Paraibano, e no estado do Ceará com o Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido.

direitos das populações do semiárido como é o caso do acesso à terra, à água, à biodiversidade e à alimentação adequada. (ASA, 2006)

A Articulação no Semiárido Pernambucano – ASA Pernambuco, tem suas origens em meados dos anos 1980, quando movimentos sociais sindicais e de luta pela terra, organizações não governamentais, lideranças da igreja católica e pastorais, cobravam do governo estadual e federal ações que pudessem minimizar as condições precárias em que viviam as populações do semiárido. Esse movimento que também aconteceu em outros estados do Nordeste, em Pernambuco ficou conhecido inicialmente como o Fórum Seca, espaço que reunia vários segmentos da sociedade civil para, de forma articulada, cobrar ações emergenciais e definitivas para a população nos períodos de estiagem que acometem a região periodicamente.

No caso de Pernambuco, a ASA estruturou sua ação a partir da divisão da região semiárida do estado em 8 (oito) Microrregiões e 4 (quatro) Territórios. Em cada uma dessas microrregiões há uma instituição que é denominada de Unidade Gestora Microrregional ou UGM responsável pela execução do P1MC, e no caso dos territórios, Unidade Gestora Territorial ou UGT responsável pela execução do P1+2, de modo que as ações desenvolvidas pelo P1MC são coincidentes do ponto de vista geográfico, e complementares com as ações do P1+2, entendendo que os programas têm objetivos diferentes e complementares em torno da convivência com o semiárido. (ANDRADE e QUEIROZ, 2009)

As redes e articulações da sociedade civil, tem se posicionado e defendido a agroecologia como estratégia de enfrentamento do atual modelo de desenvolvimento, sobretudo no que se refere aos significados e práticas empreendidas pelos setores do agronegócio no Brasil. O agronegócio inclui todos os setores relacionados às atividades agropecuárias, “como o comércio de sementes, de adubos, de agrotóxicos, de produtos veterinários, de máquinas e equipamentos. Inclui, ainda, as indústrias de processamento, os frigoríficos e abatedouros, o transporte da produção e as atividades de distribuição dos produtos.” (ANA, 2006)

O agronegócio é visto pelos setores dominantes do Governo, pelo empresariado e por parte da população como sinônimo de modernidade, de desenvolvimento, de progresso e de riqueza. Para os setores que defendem as políticas para o agronegócio, este está associado ao sucesso dos números e resultados econômicos do país. Mas, o crescimento desse setor tem

gerado uma série de impactos negativos sobre a população rural e urbana, sejam sobre os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais ou ambientais. (ANA, 2006)

Para a Articulação Nacional de Agroecologia, as políticas de desenvolvimento empreendidas pelo governo brasileiro têm oferecido uma série de facilidades para a manutenção e expansão do agronegócio, como por exemplo: a disponibilidade de terras produtivas, incentivo governamental, ineficiente fiscalização ambiental, entre outras. Por outro lado, qualquer tentativa de regulamentação por parte do poder público que vise melhorar a qualidade dos produtos e proteger o ambiente natural, é apontada pelo agronegócio como barreira ao crescimento, uma vez que seriam necessários mais investimentos, e aumentando assim os custos de produção. (ANA, 2006)

Nesse sentido, a agroecologia é defendida pela ASA, não como tecnologia ou modo de agricultura, mas como uma perspectiva de abordagem sistêmica para o desenvolvimento do semiárido, com o aporte de várias dimensões que envolvem o desenvolvimento rural sustentável como: diversificação das atividades agrícolas e pecuárias; a valorização de atividades não agrícolas; valorização e resgate de expressões culturais locais; a geração de processos de comunicação social; capacitações e mobilizações sociais; conhecimentos de técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais; agroextrativismo; acesso a mercados locais diferenciados; agroindustrialização da produção familiar; e, o estímulo aos processos organizativos.

Essa perspectiva da agroecologia como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável, e aqui nos interessando ressaltar a agricultura familiar no semiárido, dialoga com Caporal *et alii* (2006) ao afirmarem que a agroecologia ao se apresentar “como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística” capaz de agregar e aplicar conhecimentos de várias áreas científicas, passou a ser o principal enfoque para os processos de transição para modelos de “desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”. (CAPORAL *et alii*, 2006. p. 175)

CAPÍTULO 3 - PRÁTICAS E ABORDAGENS DAS ORGANIZAÇÕES DA ASA PERNAMBUCO

Essa pesquisa buscou analisar as contribuições das organizações que fazem parte da ASA Pernambuco para o desenvolvimento local a partir da perspectiva construção do conhecimento agroecológico e sua abordagem junto à juventude rural. Essa análise parte da necessidade do pesquisador de ter uma melhor compreensão das estratégias adotadas por essas organizações para promover o desenvolvimento local sustentável. Nesse sentido, apresentamos abaixo os resultados de nossa incursão junto às organizações da ASA Pernambuco, na tentativa de termos mais elementos que nos ajude elucidar os objetivo dessa pesquisa.

3.1 Regiões de atuação das organizações da ASA Pernambuco

Organizadas a partir de microrregiões e territórios, as instituições que fazem parte da Articulação no Semi-Árido em Pernambuco formam Comissões Territoriais e Municipais como instâncias de decisão sobre os municípios e comunidades que serão beneficiadas pelos programas no momento de cada projeto financiado. Essa estrutura, que busca construir um espaço de decisão de forma coletiva, sem comprometer a execução das ações, parece-nos contribuir para que a gestão dos programas da Articulação desperte nos sujeitos locais a importância para a organização e a participação como ferramentas de transformação, de mudança da realidade local em vistas ao desenvolvimento local.

Das Comissões Territoriais e Municipais, participam as próprias instituições gestoras microrregionais e territoriais, pastorais, igreja católica, igrejas evangélicas, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sindicato da agricultura familiar, associações comunitárias rurais e urbanas, cooperativas, organizações de mulheres, associações culturais, e representantes de conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável.

Ao analisarmos a natureza das organizações que participam das Comissões podemos observar que há uma representação significativa de organizações de agricultores familiares como sindicatos, associações e cooperativas, essas duas primeiras estão em todas as comissões, segundo a análise que fizemos dos questionários respondidos pelas organizações.

A partir dos dados coletados nesta pesquisa foi possível construir um mapeamento da atuação das organizações gestoras dos programas da ASA, P1MC e P1+2, no semiárido pernambucano, os quais apresentaram a seguir, na Tabela 1.

Tabela 1: Municípios de Atuação das Unidades Executoras do P1MC por Região

Região	Unidade Executora	Municípios de Atuação
Sertão do Araripe	CAATINGA	Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Parnamirim, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade (11) ¹⁰
Sertão do Médio São Francisco	NEPS	Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Petrolina, Santa Filomena e Santa Maria da Boa Vista (6)
Sertão do Sub-Médio São Francisco	Pólo Sindical de Petrolândia	Belém de São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Inajá, Itacuruba, Jatobá, Manari, Orocó, Petrolândia e Tacaratu (12)
Sertão Central	CECOR	Betânia, Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandiba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Triunfo e Verdejante (14)
Sertão do Pajeú	Casa da Mulher do Nordeste	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Sertânia, Solidão, Tabira e Tuparetama (13)
Agreste Meridional I	CEDEC	Alagoinha, Arcoverde, Belo Jardim, Buíque, Pedra, Pesqueira, Poção, Sanharó, Tupanatinga e Venturosa (10)
Agreste Meridional II	CEDEC	Águas Belas, Iati, Caetés, Itaíba, Lajedo, Bom Conselho, São João, Canhotinho, Angelim, Capoeiras, Jupi, Terezinha, Caçado, Garanhuns, Jurema, Jucati, Saloá, Brejão, Paranatama, Correntes, Palmeirina, Lagoa do Ouro e São Bento do Una (23)
Agreste Central	Diocese de Caruaru	Agrestina, Altinho, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Chã Grande, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Painhas, Riacho das Almas, Sairé, Santa Cruz do Capibaribe, São Caitano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte e Toritama (22)
Agreste Setentrional	AGROFLOR	Bom Jardim, Casinhas, Cumarú, Frei Miguelinho, João Alfredo, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Vertente do Lério e Vertentes (12)

No caso da execução do P1+2, temos um grupo de quatro organizações sociais, que apresentamos com os respectivos territórios, na Tabela 2.

Tabela 2: Municípios de Atuação da Unidade Executora do P1+2 por Região

¹⁰ O número entre parênteses corresponde à quantidade de municípios que integram a região.

Território	Unidade Executora	Municípios de Atuação
Território do Araripe	CHAPADA	Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Parnamirim, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade, Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Petrolina, Santa Filomena e Santa Maria da Boa Vista (17)
Território do Sertão Central	Diaconia	Belém de São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Inajá, Itacuruba, Jatobá, Manari, Orocó, Petrolândia, Tacaratu, Betânia, Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandaíba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Triunfo, Verdejante, Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Sertânia, Solidão, Tabira e Tuparetama (39)
Território do Agreste Meridional	Diocese de Pesqueira	Alagoinha, Arcoverde, Belo Jardim, Buíque, Pedra, Pesqueira, Poção, Sanharó, Tupanatinga e Venturosa, Águas Belas, Iati, Caetés, Itaíba, Lajedo, Bom Conselho, São João, Canhotinho, Angelim, Capoeiras, Jupi, Terezinha, Calçado, Garanhuns, Jurema, Jucati, Saloá, Brejão, Paranatama, Correntes, Palmeirina, Lagoa do Ouro e São Bento do Una (33)
Território do Agreste Central	Centro Sabiá	Agrestina, Altinho, Bezerras, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Chã Grande, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Pannels, Riacho das Almas, Sairé, Santa Cruz do Capibaribe, São Caitano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte e Toritama, Bom Jardim, Casinhas, Cumarú, Frei Miguelinho, João Alfredo, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Vertente do Lério e Vertentes (34)

A partir desse panorama podemos observar uma diversidade de organizações na execução dos programas sociais da ASA, sobretudo no que se refere às naturezas e formação institucionais, embora a maioria seja de organizações não governamentais de assessoria técnica. São ao todo, em Pernambuco, 12 organizações, sendo oito ONGs, duas dioceses, uma organização sindical e uma organização de agricultores familiares.

Também se faz necessário destacarmos a diversidade de naturezas institucionais que compõem o grupo das oito Organizações Não Governamentais gestoras dos programas da ASA. Uma dessas instituições é de natureza feminista, uma segunda formada por um grupo de igrejas evangélicas, uma terceira tem origens na igreja católica, uma quarta instituição de origem no campo da educação, e por fim as quatro últimas são instituições de desenvolvimento. Ao fazermos essa diferenciação, temos o intuito de valorizar a diversidade

de naturezas institucionais que compõem a ASA Pernambuco, numa perspectiva de melhor entendermos suas abordagens teóricas e metodológicas, suas estratégias, ferramentas e público de atuação.

3.2 Algumas compreensões conceituais da ASA Pernambuco

A abordagem em torno da convivência com o semiárido requer por parte dos sujeitos envolvidos uma compreensão e uma maior percepção sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento local. Nesse sentido, buscamos analisar quais os conceitos, entendimentos, princípios e/ou abordagens que as organizações que compõem nosso grupo de pesquisa têm a cerca de agriculturas sustentáveis, construção do conhecimento agroecológico e desenvolvimento local, com o objetivo de nos munir de informações para uma análise mais completa sobre o objeto de nossa pesquisa.

No que se refere ao entendimento sobre agriculturas sustentáveis podemos perceber, a partir dos dados coletados, que a maioria das instituições da ASA Pernambuco compreende e utiliza a agroecologia como abordagem teórica norteadora de suas opções políticas e metodológicas. É também verdade que, algumas deixam essa escolha mais evidente que outras. Apenas duas organizações não deixaram claro utilizarem-se dessa abordagem para suas ações. As organizações demonstram a compreensão de que a agroecologia é sua principal “aposta” na construção do desenvolvimento sustentável, utilizando-se de uma abordagem sistêmica junto às famílias agricultoras que considera o conjunto das dimensões social, ambiental, cultural e econômica, que envolvem essa perspectiva de desenvolvimento.

De modo geral, a análise dos dados demonstra que há uma percepção por parte da maioria das instituições de que atualmente é a agroecologia que reúne as principais condições e princípios político-metodológicos para construção de estratégias para o desenvolvimento local no meio rural, em bases sustentáveis. As evidências, ao analisarmos as informações fornecidas pelas organizações, mostram-se nas preocupações e ações relacionadas ao meio ambiente como a biodiversidade e os recursos naturais; uso de tecnologias adaptadas; mercados justos; utilização de metodologias participativas; ao uso de ferramentas horizontais de construção de conhecimento; ou a reflexões a cerca de dimensões que envolvem as

relações sociais como é o caso das desigualdades de gênero. Embora apenas uma organização tenha associado suas abordagens teóricas e metodológicas a essa última dimensão.

Também ficou evidente nas respostas de algumas instituições, a valorização do potencial endógeno das comunidades na perspectiva da agricultura de base agroecológica, seja a partir das iniciativas e ações que já existem nas comunidades, ou dos saberes acumulados pelos agricultores familiares. Esse último aspecto foi mais bem evidenciado. A interação entre os saberes populares e técnicos também é tratado por algumas organizações, como uma estratégia para a construção do conhecimento. Também fica evidente em alguns casos a preocupação com a sustentabilidade desse conhecimento ao se optar por metodologias que possibilite a geração de autonomia dos agricultores na disseminação desses conhecimentos acumulados.

“Partimos sempre do princípio da construção do conhecimento, através da interação do saber técnico com o saber popular das famílias agricultoras.”
(Instituição A, p. 1)

Também há um reconhecimento por parte de algumas instituições de que a organização comunitária rural é uma condição para que o desenvolvimento em bases sustentáveis possa acontecer, e que a abordagem agroecológica proporciona processos organizativos dos grupos rurais em sistemas associativos e cooperativos, seja nos processos de construção do conhecimento, acesso a mercados ou na luta por políticas públicas adequadas a região.

“[...] fazemos a abordagem da agricultura familiar, considerando diversos processos e procedimentos que colocam como base de ação a agroecologia, com ênfase na biodiversidade, conservação e recuperação de solos degradados, acesso a mercados e fortalecimentos das organizações de base dos agricultores.[...]” (Instituição F, p. 7)

Ao se referirem à utilização do conceito ou princípios da construção do conhecimento agroecológico, aparentemente algumas instituições da ASA Pernambuco parecem não ter clareza conceitual, pois acabam relacionando a abordagem conceitual de estilos de agriculturas sustentáveis a aspectos meramente técnicos ou até mesmo restringindo a compreensão às ferramentas utilizadas para realizar as ações.

No entanto, podemos entender essa aparente falta de clareza conceitual, em função das trajetórias e processos vivenciados pelas organizações. A própria trajetória da agroecologia pode ser considerada recente na história brasileira e de forma mais próxima de nosso campo

de análise do semiárido. A abordagem da construção do conhecimento agroecológico requer também uma maior compreensão da agroecologia como enfoque científico que só recentemente passa a ser incorporado nas universidades e escolas técnicas, como já tratamos anteriormente. Esse panorama nos leva a crer que a compreensão sobre alguns conceitos que abordamos como estratégias para o desenvolvimento rural sustentável podem ainda não estar claros para técnicos e gestores de algumas organizações, que em nossa análise pode não comprometer fatidicamente as abordagens junto às famílias agricultoras.

3.3 A construção do conhecimento para o desenvolvimento local

Ao analisarmos o posicionamento das organizações ao que alude seu entendimento sobre a construção do conhecimento agroecológico, percebemos que a maioria das organizações refere-se a processos que valorizam e respeitam os saberes das comunidades locais de agricultura familiar, e que é no confronto de ideias e práticas entre os saberes dos próprios grupos com os saberes científicos, em que se dá o processo de construção do conhecimento agroecológico. Há um entendimento que esse processo acontece na partilha de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos, buscando valorizar as potencialidades locais e as relações de solidariedade.

Também nota-se, em algumas respostas, que há uma percepção de que o acesso ao conhecimento coloca os agricultores familiares numa condição de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento, criando condições para uma emancipação social, cultural, econômica e política, e assim gerar as transformações necessárias. Também fica evidente nas respostas que a agroecologia se concretiza nas ações práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e da agrobiodiversidade, na inclusão de mulheres a partir de uma perspectiva feminista e na geração de renda como estratégia para garantir os processos sucessórios para a reprodução social da agricultura familiar.

Uma das organizações reconhece que a agricultura familiar desempenha um papel decisivo para o desenvolvimento local, e nessa perspectiva aponta a agroecologia como garantidora de estratégias para um desenvolvimento sustentável para o território.

“[...]Estamos em território eminentemente agrícola com mais da metade da população vivendo na zona rural, e mesmo quem vive na zona urbana ainda tem uma forte relação com a produção agropecuária. Cerca de 90% dos estabelecimentos rurais, são considerados familiares. Assim a agricultura familiar tem um papel decisivo no desenvolvimento da região, para isso ela própria precisa se desenvolver, e para que se desenvolva com sustentabilidade defendemos que ela siga uma trajetória dentro dos princípios agroecológicos.” (Instituição A, p. 1)

As instituições também apontam um conjunto de estratégias ou ferramentas metodológicas utilizadas nos processos de construção do conhecimento agroecológico como, por exemplo: a implantação de sistemas agroflorestais; a realização de pesquisas participativas; a sistematização de experiências; e os intercâmbios entre grupos. Esse apontamento de estratégias nos leva a acreditar que os processos de construção do conhecimento animados por essas organizações garantem um grau de envolvimento dos grupos numa perspectiva de geração de autonomia para os sujeitos envolvidos.

Também há casos, especificamente de duas organizações, em que a agroecologia é percebida numa lógica instrumental ou que cumpre apenas o papel de desenvolver uma agricultura sustentável, sem deixar claro que o processo de construção do conhecimento agroecológico se dá para além dos aspectos agropecuários.

No que se refere à percepção e utilização do conceito de desenvolvimento local por parte das instituições da ASA Pernambuco, podemos perceber que a maioria apresenta elementos que dialogam com as definições apresentadas por Buarque (2008) e De Jesus (2003). Contudo, podemos destacar que a visão das instituições sobre o desenvolvimento local passa por uma percepção de valorização das potencialidades materiais e simbólicas locais, bem como dos diversos sujeitos envolvidos nos processos.

Uma perspectiva explicitada, sobretudo na visão de três instituições, refere-se a uma visão sistêmica do desenvolvimento local, quando se atêm às várias dimensões que envolvem o desenvolvimento sendo elas ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais, reconhecendo que perceber essas várias dimensões e o envolvimento dos diversos sujeitos no processo, aproxima-se de uma condição em que o desenvolvimento aconteça com todos e para todos. Também há uma percepção da descentralização das ações e a auto-organização dos segmentos que compõem a diversidade da agricultura familiar como condições imprescindíveis ao desenvolvimento local em bases sustentáveis.

Também se destaca na percepção das organizações uma visão do desenvolvimento local do ponto de vista econômico, quando valorizam as iniciativas locais de acesso aos mercados, ou às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e mais recentemente da Política Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em que são oportunizadas à agricultura familiar condições de inserção nos processos de comercialização menos desiguais e por assim ser, mais justas, frente às relações historicamente excludentes do mercado capitalista.

3.4 Os jovens rurais como público das ações desenvolvidas

Nesse contexto, buscamos entender qual é o público com quem as instituições da ASA Pernambuco trabalham. Das onze organizações que participaram dessa pesquisa, todas elas afirmam trabalhar com agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou trabalhadores rurais. Essas diferentes denominações precisam de um maior aprofundamento no sentido de descrever essas categorias e assim entendermos melhor quais as reais diferenças entre elas, contudo não poderemos fazer esse aprofundamento nessa pesquisa por não se tratar de nosso objeto de análise.

Trabalhos específicos com mulheres rurais são desenvolvidos por seis das onze organizações, o que em certa medida mostra uma preocupação com essa categoria social que muitas vezes passa despercebida nas ações de promoção do desenvolvimento. Já o trabalho com comunidades quilombolas e indígenas é apontado por apenas uma organização, nos levando a elaborar duas hipóteses sobre esse dado: a primeira é que as instituições não estão considerando sua ação mais geral a partir dos programas de mobilização social da ASA Pernambuco, uma vez que os programas da ASA chegam a várias comunidades quilombolas e indígenas do estado; ou, acreditam que o trabalho com esses grupos só seja considerado quando as ações são permanentes.

O trabalho de mobilização social promovido pela ASA Pernambuco, requer uma perspectiva de articulação dos diversos sujeitos locais que se implicam no processo de desenvolvimento sustentável (ANDRADE e QUEIROZ, 2006). Contudo, apenas três organizações afirmam trabalhar com associações, cooperativas e sindicatos rurais, e apenas

uma expressa desenvolver suas ações com outras instituições parceiras, professores e gestores públicos.

“Famílias agricultoras, organizações dos agricultores (STRs, associações, grupos de jovens e mulheres), organizações parceiras, professores, técnicos e gestores públicos.” (Instituição L, p. 12)

Ainda ao se referirem ao público de suas ações, nove instituições afirmam desenvolver trabalhos específicos com jovens rurais. Todas as organizações tiveram nos últimos cinco anos ações com grupos de jovens rurais, embora duas delas afirmem não possuir, no momento da pesquisa, projetos que financie o trabalho com a juventude. As demais têm entre um e três apoios para essa especificidade. As ações desenvolvidas pelas instituições são bem diversas, contudo procuramos agrupá-las sob quatro dimensões: ações de capacitação e formação; ações de geração de trabalho e renda; e ações no campo da evangelização; e, ações culturais e étnicas.

A maioria das organizações trabalha a partir dessa primeira dimensão, e utiliza-se de várias estratégias metodológicas para desenvolver ações de capacitação e formação dos grupos de jovens como oficinas, cursos, seminários, encontros, intercâmbios e atividades práticas como dias de campo, treinamentos e mutirões. As temáticas trabalhadas nas ações de capacitação e formação apresentadas pelas instituições são: agroecologia, mudanças climáticas, segurança alimentar, políticas públicas, cidadania, além de práticas de fenação, ensilagem, manejo de animais e produção de hortaliças.

Também são maioria, as organizações que se preocupam e desenvolvem ações com a juventude rural na perspectiva de geração de renda. São ações ligadas principalmente a atividades agropecuárias como apicultura, caprinovinocultura, horticultura, sistemas agrofloretais, visando processos de comercialização. Os fundos rotativos solidários também aparecem como uma estratégia ou ferramenta para geração de renda para os jovens, contribuindo de forma valorosa para a criação de um espírito de solidariedade entre as pessoas envolvidas.

A terceira dimensão, relacionada à evangelização, aparece apenas pela expressão de uma das instituições, também por ser de natureza bastante voltada as ações pastorais da igreja católica. A quarta e última dimensão, nos chama bastante atenção por se tratar de ações de natureza não agrícola como as de resgate da identidade camponesa e étnica, e de ações no

campo da comunicação. Essas dimensões foram citadas por apenas três organizações. No entanto três organizações descrevem ações com a juventude no âmbito das artes cênicas, da dança, do resgate da identidade e costumes ancestrais, e do artesanato, aparecendo essa última ação relacionada à geração de trabalho e renda.

3.5 A participação para o desenvolvimento local

Partindo do pressuposto de que para haver o desenvolvimento local em bases sustentáveis se faz necessária a participação efetiva dos sujeitos envolvidos, buscamos compreender quais as estratégias utilizadas pelas instituições da ASA Pernambuco para envolver a juventude rural nos processos de desenvolvimento local. O conjunto de respostas mostra-nos algumas estratégias, configurando-se de fato numa diversidade de possibilidades, talvez resida nesse aspecto um grande diferencial das concepções de desenvolvimento em disputa na sociedade contemporânea. Por um lado, a busca pela padronização das formas e métodos, que caracterizam uma visão linear e modernizadora do desenvolvimento; por outro, a valorização, o respeito e o estímulo à diversidade de formas, métodos e jeitos do fazer, posicionamento que contribui para um maior leque de sujeitos envolvidos no processo e para sua sustentabilidade.

Ao analisarmos os dados dos questionários, no que se refere às estratégias de envolvimento da juventude, utilizadas pelas instituições, agrupamos essas estratégias em quatro dimensões. A primeira está presente nas respostas de várias organizações, que são as atividades de formação dos jovens rurais – seminários, oficinas, intercâmbios, mobilizações sociais. Espaços esses entendidos pelas organizações como formas de garantir o envolvimento e participação dos jovens, de ampliação dos horizontes de conhecimento, sobretudo do contexto e da realidade em que vivem, para poder gerar transformações no futuro.

“A juventude é envolvida a partir das ações locais como mobilizações sociais, capacitações e formações de novos e futuros líderes comunitários. Esses jovens conhecendo melhor a realidade em que vivem têm maior condição de conscientemente desenvolver estratégias de melhoramento da realidade e desenvolvimento local.” (Instituição J, p.11)

A segunda dimensão está na preocupação que as organizações expressam em suas respostas, ao definirem como estratégia o estímulo aos jovens à participação como exercício

da cidadania. São citados como espaços para participação dos jovens as organizações comunitárias como associações, cooperativas e sindicatos, espaços entendidos como de reivindicação e decisões dos rumos da comunidade, assim como são estimulados a se organizarem em grupos comunitários, promovendo processos de auto-organização. Essa dimensão é acompanhada do estímulo à participação nos conselhos de políticas públicas nos municípios, uma vez que são os espaços de representação comunitária e de definições de políticas.

“Temos procurado envolver os jovens a partir dos grupos organizados existentes nas comunidades. Colocado para eles a importância e a necessidade da participação dos mesmos nos devidos espaços de definição de políticas pública.” (Instituição A, p.1)

As instituições ainda definem como estratégia de envolvimento dos jovens, sua participação em processo de comunicação, a terceira dimensão de nosso agrupamento. Esses processos ocorrem na construção de ferramentas de comunicação como cartilhas, vídeos, agendas e boletins de experiências, ou na construção e apresentação de programas de rádio. Acreditamos que essa estratégia pode gerar processos interessantes de desenvolvimento pessoal e de relacionamento social para os jovens, uma vez que as ferramentas da comunicação e os processos de construção coletiva oportunizam aos jovens a possibilidade de falar para o mundo a partir do seu lugar, ao se perceberem capazes de escrever um texto e vê-lo publicado ou de ser conhecido pelo programa de rádio que faz.

A quarta dimensão reúne as estratégias para envolvimento da juventude que estão mais próximas do trabalho agrícola e pecuário como o acesso ao crédito solidário, aos fundos rotativos solidários, às tecnologias de captação e manejo da água para produção, que possibilitam em sua maioria aumentar a produção e conseqüentemente a geração de renda.

“Em primeiro lugar sensibilizamos os pais sobre a necessidade de envolverem os seus filhos nas ações que serão desenvolvidas na propriedade e comunidade. Esclarecemos as perspectivas promissoras da agricultura agroecológica, principalmente nos aspectos de geração de trabalho e renda e a falta de empregos em áreas urbanas tão pretendidas pelos jovens. A partir daí passamos a convidá-los diretamente, principalmente para participarem de atividades de capacitação e qualificação profissional.” (Instituição I, p.10)

Embora se possa interpretar que dentro dessa abordagem reside uma intenção de desqualificação do urbano, ao se referir a “falta de empregos em áreas urbanas”, buscamos interpretá-la como uma forma de esclarecimento para os jovens sobre as dificuldades a serem

enfrentadas nas cidades. Essa nossa interpretação se baseia no conhecimento do pesquisador com situações dessa natureza, em que o depoimento de jovens que já tinham migrado e se frustrado com o sonho de um emprego na cidade contribuiu para uma leitura da realidade urbana a partir de quem a vivenciou.

Malagodi e Marques (2007) ao analisarem a trajetória de três jovens de assentamentos do município de Pilões, estado da Paraíba, conclui que em dois casos estudados os motivos que levaram aos processos migratórios foi a falta de renda monetária para suprir as necessidades dos jovens e que em um dos casos analisados, há uma decepção com o trabalho assalariado na cidade, que nesse caso está associado a uma experiência de exploração intensa da força de trabalho, causando assim uma decepção ou frustração com a experiência.

Outras estratégias também são descritas pelas organizações como o envolvimento de grupos de jovens na elaboração de planos de ação voltados para os próprios jovens, a implicação dos jovens na gestão de projetos que beneficiam eles próprios, o incentivo para a formação profissional no campo da ciência agrária, e o estímulo ao acesso de políticas como o PRONAF, e apenas uma refere-se à estratégia de garantir um equilíbrio de participação entre jovens e adultos em suas atividades.

Poucas organizações se referem à estratégia de envolvimento dos jovens em suas ações com a disponibilização de uma ajuda de custo para “garantir a formação continuada”, acreditamos que essa estratégia também tem sido utilizada por outras organizações da ASA Pernambuco. Interpretamos essa estratégia como uma possibilidade de garantir, a médio e longo prazo, a participação dos jovens em todas as etapas do projeto, que normalmente tem duração de um a dois anos, e que a saída de um jovem em busca de emprego e melhoria da renda pode comprometer os resultados esperados com a ação.

7. As abordagens junto à juventude rural

Embora as ações desenvolvidas pelo conjunto de organizações pesquisadas sejam, na maioria dos casos anteriores à construção da PNATER, e até possam de alguma maneira ter contribuído para a construção da Política, julgamos importante destacar que essas ações se coadunam com as orientações metodológicas propostos na PNATER ao descrever que a ATER pública deve ter um caráter educativo e priorizar uma pedagogia da prática para a

geração e apropriação coletiva do conhecimento. Também destaca o papel do agente de ATER no exercício de uma prática dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão. (BRASIL, 2004. p. 11)

Nesse sentido, ao analisarmos as formas de aproximação das instituições junto à juventude rural, a partir do enfoque da construção do conhecimento agroecológico, percebemos que, embora diferenciadas, as práticas das instituições são permeadas pelo princípio da participação e da adequação aos diversos contextos. Selecionamos um conjunto de cinco respostas nas quais essa nossa percepção fica mais evidente.

“A agroecologia tem sido apresentada aos mesmos [os jovens] dentro desse contexto cultural, em uma relação direta, por exemplo, do que a agroecologia defende e acredita com a música popular nordestina de Luiz Gonzaga[...].” (Instituição A, p. 1)

“Conscientização e mobilização a partir da juventude rural, do benefício que uma vida saudável sem agrotóxicos é possível e que o meio ambiente necessita de mais cuidados e a agroecologia é uma das formas de não degradar o meio ambiente.” (Instituição B, p. 2)

“Passamos para o público infantojuvenil o que esta acontecendo com o planeta, o que o homem esta fazendo no sentido de contribuir para o desequilíbrio ambiental, através dos sistemas produtivos desenvolvidos atualmente (monocultivos e sistemas extensivos de criação animal) e em que a agroecologia pode e esta contribuindo para reverter esta atual conjuntura do cenário agrícola no Brasil e no mundo.” (Instituição C, p. 3)

“Procuramos fazer uma abordagem que considere a realidade da juventude rural, que valorize suas ideias, mas, sobretudo que desperte a vontade para construção de outra realidade na zona rural.” (Instituição E, p. 6)

“Os jovens junto aos quais atuamos passaram por processos de capacitação voltados para a reflexão e práticas agroecológicas, na perspectiva de construção de conhecimento e práticas para a convivência no semiárido, partindo de atividades de intercâmbio, oficinas com conteúdo teórico e prático, através de visitas aos sistemas já implantados e observação da mata nativa (Caatinga), além do beneficiamento da produção e a comercialização dos produtos.” (Instituição F, p. 7)

Ao analisarmos cada uma dessas posições percebemos uma preocupação em buscar uma interação entre o contexto em que os jovens se encontram e os conhecimentos a serem trabalhados no processo educativo. Contribuindo para que os jovens possam enxergar no seu cotidiano as dimensões que envolvem o desenvolvimento local, a partir de uma abordagem científica que dialoga com essas dimensões, como a agroecologia. Destacamos na análise dos questionários a relação que as instituições buscam fazer entre essa abordagem educativa com as situações e experiências práticas, por meio dos intercâmbios de conhecimentos, quando os

jovens podem dialogar com os iguais, podem reconstruir sua visão de mundo a partir das mudanças no local, mas que geram impactos para o global.

Também é perceptível a partir da análise dos dados, como a aproximação numa perspectiva de construção de conhecimento está intimamente ligada a uma análise crítica da realidade em que se encontram os jovens, e diante dessa leitura, como se pode reconstruir uma nova realidade no meio rural, identificando e valorizando as potencialidades locais, mobilizando os sujeitos imersos nessa realidade e contribuindo para a geração de mudanças transformadoras. Sobre essa dimensão Freire (1977. p. 28) afirma que no processo educativo, educando e educador, devem assumir “o papel de sujeitos cognoscentes” mediatizados por aquilo que desejam conhecer, pelo mundo que desejam conhecer para transformar.

CAPÍTULO 4 - AGROECOLOGIA E JUVENTUDE RURAL

O caminho de uma Extensão Rural diferenciada no Araripe

Segundo dados coletados nos documentos do CAATINGA, as famílias agricultoras afirmam que grande parte dos problemas relacionados à produção agropecuária – quantidade, qualidade, escala, diversificação e comercialização, entre outros aspectos, decorre de uma deficiência na estrutura e concepção da assistência técnica. Gerando baixos níveis de qualidade de vida, poucas oportunidades de geração de trabalho e renda, e como consequência o êxodo rural, a baixa estima, e a insegurança alimentar. (CAATINGA, 2004)

No entanto faz-se necessário considerar que um conjunto de ações e políticas como a reestruturação do sistema de ATER no Brasil nos últimos seis anos, os esforços de articulação das políticas de desenvolvimento rural, bem como mudanças ocorridas no PRONAF, os programas de distribuição de renda, entre outras ações no campo das políticas possam estar causando mudanças nesse cenário até então adverso para a população do semiárido. Certamente serão necessários estudos que possam acompanhar as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural brasileiro, sobretudo na região semiárida do Nordeste.

A partir da vivência profissional do pesquisador, é possível perceber que nos últimos anos há um maior investimento de esforços e atenção por parte das organizações não governamentais que compõem a Articulação no Semi-Árido Pernambucano – ASA Pernambuco, para desenvolver ações específicas com a juventude rural, lançando mão de uma abordagem agroecológica.

Os objetivos circulam em torno do ideário de que os jovens possam ter a opção de permanecer no campo, uma vez que atualmente e historicamente essa saída acontece pela desvalorização daquilo que é rural, pela ausência de políticas de reforma agrária, de atividades de geração de renda, ou pelo somatório de todas essas dimensões, entre outras.

Uma das ações das organizações passa pelo envolvimento de jovens rurais como multiplicadores ou disseminadores de conhecimentos de base agroecológica. Ao terem o contato com esses conhecimentos e repassarem para as famílias agricultoras, acabam internalizando-os e se apropriando numa perspectiva de mudança de procedimentos e atitudes. Nesse sentido nos questionamos sobre as mudanças que se constroem para os jovens rurais, no sentido de entender se essas ações de extensão rural que adotam os princípios

agroecológicos de fato respondem às necessidades e anseios dos jovens do campo, mesmo que em parte.

Essa perspectiva de fortalecimento do potencial endógeno, nesse caso os jovens rurais, adotada pelas organizações da ASA Pernambuco, e de forma especial pelo CAATINGA, cuja ação faz parte do arcabouço de nossos interesses nessa pesquisa, dialoga com Caporal *et alii* (2006) ao afirmarem que:

“No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, à medida que auxilia na aprendizagem sobre os fatores sócio-culturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade” (CAPORAL *et alii*, 2006. p.175)

Nessa perspectiva de valorização das potencialidades endógenas locais O projeto Campo Ativo, apresenta como estratégia promover a construção de um sistema alternativo de Assessoria Técnica e Educação Rural às Famílias Agricultoras tendo como base a agroecologia, disseminando uma prática de metodologias participativas que a Instituição já vem desenvolvendo na região semiárida do Sertão do Araripe. Neste sentido o projeto foi inicialmente implantado em 2004, em nove municípios da região, atendendo a 1.000 famílias agricultoras, acompanhadas por 25 Agentes Promotores de Agroecologia e técnicos (as) do CAATINGA. (CAATINGA, 2004)

Segundo o técnico que coordenava o projeto naquele momento, a ideia dos Agentes Promotores da Agroecologia surgiu a partir de uma visita que um técnico do CAATINGA fez à Bolívia onde visitou algumas comunidades rurais que utilizavam uma metodologia em que jovens faziam o trabalho de agentes de ATER nas comunidades. A partir dessa ideia houve uma discussão na instituição a fim de construir uma estratégia que pudesse contemplar essa prática metodológica, quando surgiu o projeto Campo Ativo.

O processo de seleção dos jovens se deu nas próprias comunidades a partir de alguns critérios construídos previamente pelos técnicos e apresentados às comunidades. Mensalmente os jovens participavam de uma reunião para planejamento, onde se discutia as ações desenvolvidas e planejar as atividades para o mês seguinte. As atividades desenvolvidas pelos jovens eram principalmente visitas, nas quais os jovens desempenhavam o papel de diálogo com as famílias identificando as dificuldades enfrentadas e as possíveis soluções.

Também havia reuniões mensais nas comunidades onde poderiam estar presentes ou não o técnico do CAATINGA, discutindo os problemas e as soluções com as comunidades, onde os jovens animavam o processo de organização da comunidade, esse era seu principal papel.

Ao analisarmos o projeto técnico que fundamentava a ação dos APAs identificamos a formulação de uma proposta de formação para convivência com o semiárido cuja capacitação serviria de suporte e objetividade às ações que eram realizadas pelas famílias, com uma atenção especial à participação ativa de jovens e mulheres. O projeto evidencia uma atenção para princípios e valores como: o respeito à natureza e ao ser humano, colocando-o como agente ativo nos processos de transformação de sua realidade e, portanto possuidor de cultura, capaz de implantar pequenos experimentos e analisar seus resultados de uma forma prática para a convivência com o semiárido.

O projeto apresenta ainda, certa preocupação no envolvimento do grupo beneficiário das ações na apropriação do projeto, ao manifestar a necessidade de buscar trabalhar com as famílias agricultoras estratégias de co-gestão e parceria, envolvendo também instituições e organizações representativas das agricultoras e agricultores familiares, como sindicatos rurais, cooperativas, associações de base, e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

O grupo de jovens APAs de 2005 participou de um processo de formação em metodologias participativas, práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e da agrobiodiversidade, técnicas instrumentais de cultivos agrícolas e criação de animais, além de outras temáticas que tocam a ação da extensão rural como gênero, geração, e economia da agricultura familiar.

“Também tinham atividades de formação desses jovens em práticas agroecológica, práticas mais simples de fenação, silagem, plantio em curva de nível. Como também de discussão de temas relacionados a agroecologia em geral como gênero, geração discussões políticas públicas.” (Coordenador do Projeto, p. 54)

Segundo o técnico do CAATINGA, o processo de formação se dividia entre momentos teóricos e práticos, sendo que esses últimos acontecem nas propriedades das famílias agricultoras, numa tentativa de exercer uma ação prática de assessoria técnica às famílias mas que servisse também de orientação aos jovens, e ao mesmo tempo promover momentos de reflexão articulando a teoria e a prática.

Caracterização geral do grupo de jovens pesquisados

Dos 25 jovens APAs envolvidos no projeto Campo Ativo em 2005, apenas 20 participaram do encontro para aplicação do questionário. Segundo informações do CAATINGA, o grupo de 25 APAs era formado por 12 homens e 13 mulheres, numa tentativa de oportunizar às jovens mulheres camponesas o acesso a conhecimentos e melhores perspectivas de futuro se buscou uma equidade na participação.

Desse grupo, participaram do encontro promovido por essa pesquisa 11 mulheres e 9 homens, dos municípios de Trindade, Santa Filomena, Bodocó, Granito, Ipubi, Santa Cruz, Exu e Ouricuri. Também participou do grupo APAs um jovem do município de Morelândia, que não pode estar presente no encontro. Esses jovens têm idade entre 21 e 32 anos, com uma média de 26 anos. Os mesmos participaram do grupo APAs em um período entre quatro e cinco anos atrás, o que devemos considerar que o grupo tinha no período uma idade média entre 22 anos.

Do grupo de vinte jovens pesquisados, 14 afirmam não estar estudando no momento, sendo que desses, dois não concluíram o ensino médio e um só têm o ensino fundamental. Ao todo são 11 jovens que pararam seus estudos após concluir o ensino médio, ou seja, mais de 50% dos pesquisados, podendo este dado ser um indicador das dificuldades que são enfrentadas por esses jovens para uma formação profissional, seja pela dificuldade de acesso as escolas e universidades ou pelas condições materiais. Dos seis que afirmam estar estudando, um está fazendo curso Técnico em Agropecuária, quatro cursando faculdade de Agronomia e um fazendo o curso de Letras, o que sugere uma manutenção de investimentos por parte dos jovens, em torno das questões ligadas ao mundo rural.

Apenas três jovens afirmam não estar trabalhando, os demais trabalham na agricultura, em lojas, hospitais, ONGs, construção civil e escolas. Dos 10 jovens que afirmam não ter uma profissão, seis deles afirmam trabalhar na agricultura, o que nos parece demonstrar o não reconhecimento do trabalho de agricultor como profissão. Dos jovens que afirmam ter uma profissão cinco se declaram agricultores, um pedreiro, um vigilante, um auxiliar administrativo e outro agente de crédito rural. Perguntados sobre seus desejos profissionais apenas 10 jovens responderam, sendo eles: agrônomo (3), advogado (2), músico (1), veterinário (1), psicólogo (1), militar (1) e um técnico agrícola (1).

A pesquisa realizada por Wanderley (2007) em pequenos municípios do interior de Pernambuco, destaca que 29,9% dos jovens pesquisados não sabem responder ao questionamento sobre o projeto profissional para o futuro. Dadas as dimensões da pesquisa realizada pela autora e a nossa, a metade dos jovens que participaram dessa pesquisa afirmam não saber sobre seu projeto profissional. Os demais se enquadram, nos outros dois agrupamentos de categorias feitos pela autora – empresários, administradores e profissionais liberais; e esportistas e artistas. Merecendo aqui destaque o número de cinco jovens que afirmam ter como projetos profissionais atividades ligadas ao setor agrícola.

A experiência de migração pessoal e familiar

Questionados sobre as experiências de migração na família quinze, dos vinte jovens que participaram da pesquisa, afirmam que pelo menos uma pessoa de sua família viveu essa experiência. Não buscamos investigar quais os tipos de migração que ocorreram, nos interessando nesse estudo perceber o processo em todas as suas dimensões e características, e não suas variações. A média de pessoas que migraram da família dos quinze jovens é de 3,4 pessoas. Os motivos apresentados estão associados principalmente às necessidades de estudar, trabalhar, e melhores condições de vida. É visível, portanto, que a migração não se justifica por um abandono do mundo rural.

O trabalho desenvolvido por esses jovens certamente tem gerado impactos importantes naquilo que tange as possibilidades de vida no campo com dignidade. Essas oportunidades surgem a partir da valorização das potencialidades locais e do acesso a novos conhecimentos que possibilitem mudanças na convivência com o semiárido por meio de estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais e da agrobiodiversidade, do financiamento adequado as atividades agrícolas e não-agrícolas e no estabelecimento de novas relações socioeconômicas.

“Tenho seis irmãos rapazes e na época em que começou o trabalho todos estavam falando que tinha que ir embora, e na conversa com eles, no trabalho junto convenci os mesmos de ficar. Hoje todos estão ainda em casa tenho desenvolvido a apicultura, trabalhado com hortaliças e outras coisas.” (Jovem M, pag. 36)

“[...] Francisco preserva a natureza na agroecologia porque é apicultor e com isso além de ajudar o meio ambiente, sustenta toda sua famílias.” (Jovem S, p. 49)¹¹

¹¹ O nome do jovem citado na resposta foi alterado, para preservar sua identidade.

“Dona Francisca e sua família começaram a mais de dois anos reciclar todo tipo de material reciclável para fazerem flores, jarros, etc. Hoje ela tem uma renda de R\$ 500,00 e ajuda o meio ambiente.” (Jovem R, p. 47)

Embora não tenhamos definido o espaço geográfico a que se referia a migração, os jovens estabeleceram como referencial para elaborar suas respostas, as comunidades rurais em que vivem. Do grupo, 12 afirmam já ter tido a experiência de migração, seja para a sede do município, para cidades vizinhas ou para outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Na maioria dos casos a migração está relacionada, assim como os de seus familiares, à busca por trabalho e condições para estudar, que normalmente esse último se configura na busca pela formação profissionalizante seja de nível superior ou técnico de nível médio.

Alguns dos jovens que tiveram a experiência de migração descrevem os motivos de seu retorno com certo tom de decepção ou desilusão:

“[...]não era nada do que eu pensava e no sítio poderia viver melhor.” (Jovem D, p. 20)

“Nada do que eu pensei.” (Jovem J, p. 32)

“[...]não me adaptei à forma de vida do lugar e sentia falta da vida em comunidade.” (Jovem Q, p. 44)

Cinco jovens afirmam ter planos para sair da comunidade no futuro, e mais uma vez os motivos são em busca de melhores condições para estudar e trabalhar, embora para esse último é a opção de apenas um jovem. Dois jovens consideram que é importante e possível trabalhar e estudar vivendo no meio rural, e aprender a conviver com as condições que se tem. Essa última percepção pode estar relacionada ao processo em curso de construção de uma cultura que busca valorizar das potencialidades locais, pela presença de novos centros de ensino tecnológico no território, e de uma maior consciência sobre as possibilidades para convivência com o semiárido.

O acesso à políticas para o desenvolvimento rural

Os jovens reconhecem a presença de uma série de políticas a que tiveram conhecimentos e acessos em suas comunidades nos últimos anos como os programas governamentais Luz para Todos, Bolsa Família, CrédiAmigo, PRONAF, distribuição de

sementes, Seguro Safra e assistência técnica, além de acesso a educação e serviços de saúde, reconhecendo o SUS como política para as necessidades de atendimento médico. Ao mesmo tempo os jovens reconhecem a presença de outras políticas que se fazem presentes em suas vidas e comunidades como os programas da ASA Brasil, o P1MC e o P1+2, e o Microcrédito Agroecológico e Solidário que é coordenado pelo CAATINGA.

Para a maioria dos jovens há mudanças positivas nas suas vidas e em suas famílias associadas às políticas citadas. Há um reconhecimento da melhoria na qualidade de vida que está associada ao acesso ao conhecimento agroecológico e em alguns casos associado ao conhecimento sobre o ambiente, ao aumento da renda da família, no acesso a água de qualidade, na alimentação mais saudável, além de alguns apontarem o surgimento de mais oportunidades de trabalho e renda, maior participação e o espírito de solidariedade no ambiente comunitário.

O reconhecimento dessas dimensões pelos jovens nos leva a crer em um processo de formação e tomada de consciência política, ao mesmo tempo em que se amplia a visão de mundo a partir de sua realidade. Poderíamos assim, supor que o acesso ao conhecimento sobre as políticas para desenvolver o trabalho junto às famílias agricultoras pode ter instrumentalizado os jovens para o próprio reconhecimento como público dessas políticas.

O envolvimento e a participação

Muitos dos jovens afirmam que seu envolvimento no grupo APAs aconteceu a partir de uma indicação da associação comunitária para participar de uma seleção que o CAATINGA estava fazendo, entre o final de 2004 e o início de 2005. Muitos já participavam da vida organizativa da comunidade por meio da associação comunitária, dos grupos de jovens, grupos religiosos, de pastorais e do envolvimento com ações desenvolvidas pelo sindicato de trabalhadores rurais.

Ao analisarmos suas respostas acerca dos principais aprendizados que essa experiência tenha agregado a sua vida, a maioria afirma que os maiores aprendizados estão no campo do acesso ao conhecimento agroecológico associado pelo grupo à produção sustentável dos agroecossistemas. Também se referem à valorização da agricultura e do campo, ao conhecimento e respeito pela natureza, a importância do trabalho coletivo e das diferenças, ao

relacionamento com as famílias agricultoras, a experiência profissional, e um maior envolvimento na vida comunitária.

Nas várias respostas que os jovens apresentam fica evidente a relação que os mesmos fizeram desse processo como trabalho e experiência profissional, uma vez que suas ações se configuraram como ações de extensionistas rurais ou assessores técnicos. Embora para o CAATINGA o principal objetivo do Projeto Campo Ativo estivesse centrada na formação dos jovens em agroecologia, gênero, políticas públicas, convivência com o semiárido, tecnologias adaptadas ao ambiente, entre outras temáticas que circundam o desenvolvimento local sustentável. Os jovens a perceberam como uma oportunidade de formação e qualificação profissional e geradora de oportunidades.

“o principal objetivo era a formação dos jovens, não era um trabalho de assessoria às famílias, era para ele entender a própria realidade de como funciona o campo, como se dá no âmbito familiar do sistema como na comunidade, esse era o principal objetivo, o processo de formação dos jovens. Não era um processo de assessoria técnica às famílias, isso era um objetivo secundário.” (Coordenador do Projeto, p. 54)

No que se refere às dificuldades encontradas, os jovens afirmam que uma das principais foi estimular as famílias agricultoras às mudanças nas práticas e dos conhecimentos, seja de desmatamentos, queimadas e uso de agrotóxicos, configurando uma aparente dificuldade por parte das famílias de adoção de novas práticas e inovações, sobretudo quando chegam por intermédio de jovens, tido pelos mais velhos como “de pouca experiência”.

A baixa estima das famílias agricultoras e a dificuldade para compreenderem a lógica do projeto também são apontadas como dificuldades para a mobilização e maior envolvimento das famílias. Por se tratar de construção de novo paradigma para o desenvolvimento local em bases sustentáveis, discutir e praticar os princípios da agroecologia tornou-se uma dificuldade para o desenvolvimento do trabalho junto às famílias agricultoras. Outras questões relacionadas à comunicação, às poucas capacitações, aos poucos recursos, ao clima e ao deslocamento para as comunidades, também são apontadas pelos jovens como dificuldades enfrentadas.

Essas dimensões apontadas pela maioria dos jovens nos leva a questionar, em que medida o processo de formação pelo qual os jovens passaram no período de doze meses, que

procurou articular as dimensões teóricas e práticas, de fato foram apropriadas pelos jovens numa perspectiva dialógica da abordagem junto às famílias agricultoras. Questionamos-nos sobre o tempo necessário para construção e elaboração de abordagens que privilegiem o diálogo frente àquilo que é mais significativo para as famílias, em detrimento de uma abordagem difusionista que não reconhece os interesses e aspectos mais significativos dos grupos para uma ação mais participativa e compartilhada.

A maioria dos jovens está envolvida de alguma forma nos processos organizativos de suas comunidades. Dos 20 jovens que participaram da pesquisa, oito exercem papéis nas diretorias das associações comunitárias, nas funções de presidente (3), vice presidente (1) e secretaria (4), além de outro jovem que faz parte do conselho fiscal da associação. Os demais se declaram participantes da associação como membros associados, ou participantes de grupos de jovens. É importante destacar que além da associação comunitária, a maioria dos jovens declara-se envolvida com mais de uma ação organizativa na comunidade ou no município como em grupos de jovens, grupos de mulheres, grupos produtivos, comissão municipal da ASA, agende de ATER para mulheres, agende de microcrédito, e representações nos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável.

Como membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de seus municípios, os jovens assumem a responsabilidade de representar as associações comunitárias das quais fazem parte. Esse dado chama a atenção para um importante fato que se refere ao exercício de contribuir e reivindicar políticas para a juventude rural, nesses espaços, um exercício de cidadania.

As perspectivas para o futuro e mudanças na visão de mundo

No que se refere às perspectivas geradas para os jovens a partir do acesso ao conhecimento agroecológico, como o objetivo central do trabalho desenvolvido pelos APAs, os jovens entrevistados expõem argumentos que estão no campo da formação e da mudança de atitudes dos demais jovens com quem trabalharam, sobretudo no que se refere a uma maior compreensão e cuidado com a natureza, uma vez que adotam práticas mais sustentáveis de produção e de cuidado com o ambiente. Também afirmam haver uma maior disposição de

participação dos jovens na vida organizativa da comunidade, seja nos grupos de jovens ou nas associações comunitárias.

No que se refere às perspectivas de geração de trabalho e renda, há apenas quatro relatos que explicitam essa questão, dois deles referem-se a trabalhos com artesanato e materiais recicláveis, os outros dois estão relacionados ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias. Ao que tudo indica o acesso aos conhecimentos de práticas mais sustentáveis de produção podem ter estimulado os jovens a se envolverem com as atividades agropecuárias na propriedade. Uma questão que ainda precisa de estudos é entender em que medida as práticas de produção em bases sustentáveis minimizam as condições de “penosidade” do trabalho na agricultura como citam Mello *et alii* (2003) ao se referir sobre a não participação das jovens mulheres nas decisões da propriedade e Weisheimer (2005) situando a juventude na perspectiva cultural ou modo de vida, e por isso pode atrair mais os jovens.

“[...] antes eu tinha a agricultura como uma falta de oportunidade em outra área de trabalho, e hoje eu vejo que posso ser uma pessoa que posso ter outra profissão exercendo a agricultura.” (Jovem P, p. 43)

“Mudou muito, pois eu não sabia que a agroecologia tinha tantas coisas em comum com o ser humano”. (Jovem T, p. 51)

“Antes eu não conhecia a agroecologia, pensava que a forma de se trabalhar no campo era a mais viável, e a agroecologia era apenas uma palavra bonita, mas agora eu sei que só usando a agroecologia conseguiremos produzir mais e melhor.” (Jovem D, p. 21)

Ao analisarmos os dados da pesquisa sobre os papéis que os jovens têm assumido em suas comunidades percebemos que os mesmo têm desenvolvido trabalhos que ajudaram a criar vínculos de responsabilidades desses para com o desenvolvimento comunitário, e por isso o dever de atitudes coerentes. Ao mesmo tempo em que os tornou referências para as famílias agricultoras, quando se colocam numa condição de mesmo não estando mais vinculados diretamente a ação de um projeto se sentem chamados pelas famílias agricultoras às dinâmicas comunitárias.

“[...] hoje tenho participado dessa formação tenho atitudes diferentes, ex.: não joga lixo no meio ambiente e conscientizo o próximo a fazer o mesmo; e mudou também minha forma de pensar, hoje penso na comunidade, em contribuir cada vez mais com essas famílias que confiam em mim, e esperam o melhor de mim.” (Jovem B, p.17)

“A minha própria vida, meus pensamentos, conhecimentos e a certeza de que mesmo com as dificuldades que enfrentei, estou conseguindo realizar meus sonhos

na família e comunidade. Hoje tenho liderança de alguns cargos, mesmo voluntários, mas tenho resultados” (Jovem M, p. 37)

Diante dos relatos podemos então sugerir que o acesso aos conhecimentos agroecológicos ao longo das atividades de formação e as próprias atividades com as famílias agricultoras, geraram um engajamento político e a criação ou reforço de atitudes de cidadania nesse grupo de jovens. Essa nossa hipótese pode ser explicada quando Freire (1977) se refere à necessidade de compreender o homem dentro de suas relações com o mundo como um ser de ação e reflexão.

“Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o” condiciona sua forma de atuar.” (FREIRE, 1977. p.28)

Nossa pesquisa também buscou entender o que o conhecimento agroecológico trouxe para a vida dos jovens de modo geral. As respostas a essa questão, muito se assemelham àquelas relacionadas às mudanças em suas atitudes e pensamentos que esses conhecimentos geraram, contudo também nos trouxeram informações relevantes ao que toca a formação da personalidade do indivíduo perante o mundo. São sentimentos de inclusão social, ao se sentirem úteis para sua comunidade, são percepções que valorizam o conhecimento popular, o respeito pela diversidade, amadurecimento pessoal, a possibilidade e liberdade para experimentar.

“Trouxe a oportunidade de viver de maneira mais saudável, com consciência do [que] significa exercer a agroecologia e principalmente de sentir-se útil pra sociedade, fazer algo de bom pela comunidade” (Jovem Q, p. 45)

“Trouxe novos horizontes, além dos conhecimentos adquiridos e lembrados, trouxe uma imensa alegria e prazer em contribuir com a minha comunidade, levando os conhecimentos para as famílias e aprendendo muito também com os agricultores que são verdadeiros conhecedores.” (Jovem B, p. 17)

“O respeito à vida e [à] diversidade, amor a tudo! Me ensinou a como viver a se inserir no meio social, ou seja, sou outra pessoa com um conhecimento incomparável ao de antes.” (Jovem J, p. 33)

Percebe-se nas expressões dos jovens uma valorização dos conhecimentos gerados e adquiridos no processo, e o quanto esses conhecimentos em medidas diferentes, têm contribuído para a melhoria na suas condições de vida, de suas famílias e comunidades. Ao mesmo tempo, destacamos que para além daquilo que o conhecimento agroecológico gerou

no campo da subjetividade, os jovens também apontam mudanças concretas para eles próprios e suas famílias.

“[...] aproveitar melhor as águas de qualidade, a produzir sem agrotóxicos, a ter mais cuidados com a terra, não necessariamente fazer queimadas, cultivar plantas frutíferas, criar animais para o meu melhor sustento, etc.”. (Jovem F, p. 25)

“Mudanças radicais sobre alimentação, o cultivo de feijão, etc. Hoje tento ser o mais agroecológico possível, por saber que se trata do que se come e cuidar da própria saúde.” (Jovem S, p. 49)

As mudanças nas práticas e atitudes

Buscando entender dos jovens quais os parâmetros que eles têm para falar das mudanças ocorridas em suas vidas, no que se refere às atitudes, pensamentos e visão de mundo, sugerimos que descrevessem como si viam *antes* e *depois* de participar do grupo APAs. Analisando as respostas dos dois momentos, percebemos que as mesmas circulam entre o que está relacionado a questões mais concretas de suas atitudes e procedimentos àquelas que se referem a questões relacionadas à subjetividade, como sentimentos e visões de mundo. É importante também destacar que as respostas não são comuns a todos os jovens, mas que nosso esforço é de apresentar o conjunto.

Numa tentativa de separarmos em dois grupos as respostas, percebemos que talvez essa não fosse a melhor forma de apresentá-las, uma vez que muitas estão intimamente relacionadas, por isso fizemos o esforço de apenas descrevê-las segundo sua natureza. No que se refere ao como se viam *antes*, os jovens afirmam que: davam pouca importância às coisas, pois elas estavam boas do jeito que estavam; participavam somente dos grupos de jovens ou das reuniões da associação; não gostavam de participar de reuniões, pois achavam uma perda de tempo; não conhecia os movimentos sociais; a maioria não tinha conhecimentos sobre agroecologia; tinham pouca ou nenhuma crença na agricultura; sem interesse pelo meio ambiente e os problemas da comunidade; sem perspectivas de uma vida melhor; se sentiam tímidos; com dificuldades para se comunicar e expressar o que sentiam e pensavam; percebem que eram individualistas; se viam com uma visão limitada e sem rumo na vida.

Esse leque de compreensões e visões do mundo rural e de si, apontadas pelo grupo de jovens como uma percepção anterior ao seu envolvimento no projeto Campo Ativo, nos remetem a deduzir que são resultados de um modelo de desenvolvimento, ainda hegemônico, que não valoriza nem reconhece a agricultura familiar e suas implicações para o

desenvolvimento do semiárido, não privilegia a participação como ferramenta de sustentabilidade das ações, ou mesmo nem parece reconhecer a diversidade de sujeitos e dinâmicas que envolvem o universo rural. Contudo, entendemos que há um processo em curso de mudança desse paradigma de desenvolvimento numa perspectiva que busca a autonomia e a sustentabilidade socioambiental dos grupos locais.

No que se referem ao *depois* os jovens afirmam que agora: participam mais da associação e da vida comunitária; vontade de maior envolvimento com os movimentos sociais; percebem que a perda de tempo era não participar; lidam melhor com as questões coletivas e de convivência com as pessoas; se sentem capazes, confiantes, compromissados e com segurança; se comunicam melhor; reconhecem seu papel disseminador de conhecimentos; mais responsabilidade com a comunidade; melhor conhecedores de sua realidade - agricultura, sociedade, políticas públicas; valorizam os conhecimentos dos agricultores e se sentem aprendizes; maior conhecimento e respeito ao meio ambiente; com mais conhecimentos sobre práticas sustentáveis de produção; maior consciência sobre alimentação saudável; mais maduros sobre como pensar e agir diante da sociedade; e a perspectiva de uma vida com mais dignidade.

Essas questões apontadas pelos jovens nos dão pistas importantes para percebermos a importância e o impacto de se investir em processos que contribuam com a formação dos sujeitos locais na perspectiva de construção de uma visão crítica do mundo, diferenciada daquela que busca a padronização da forma de pensar e agir. Essa construção mostra-nos que a valorização das potencialidades humanas e naturais, numa perspectiva de desenvolvimento de atitudes e habilidades cognitivas dos sujeitos locais, reconhecendo e respeitando seus saberes culturais, pode gerar impactos importantes para o desenvolvimento local sustentável.

CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi de analisar as mudanças ocorridas nas atitudes e visão de mundo dos jovens Agentes Promotores da Agroecologia - APAs, a partir da ação de extensão rural desenvolvida pelo CAATINGA, no Sertão do Araripe, na perspectiva da agroecologia para o desenvolvimento local. Buscando situar essa abordagem no âmbito das concepções e práticas de abordagem da juventude rural por parte das organizações da ASA Pernambuco. Nesse sentido apresentamos abaixo nossas conclusões sobre o objetivo de nossa pesquisa, sem nenhuma pretensão de esgotar as questões tratadas, mas com o intuito de que os resultados aqui apresentados possam contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas que associem essas e outras dimensões que tocam a juventude no contexto da extensão rural de base agroecológica e do desenvolvimento local sustentável do semiárido.

No âmbito das organizações que atuam na perspectiva da agroecologia como novo paradigma em construção para o desenvolvimento do semiárido, que se mobilizam em torno da Articulação do Semi-Árido em Pernambuco – ASA/Pernambuco percebemos uma forte preocupação e iniciativas em processos de formação e capacitação de jovens rurais para a convivência com o semiárido a partir de práticas e estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais para cultivos agrícolas e do envolvimento em ações de caráter artístico culturais, em vistas ao desenvolvimento rural sustentável.

Ao analisarmos as concepções e práticas das organizações da ASA Pernambuco podemos concluir que suas ações são pautadas pela resistência a um modelo de desenvolvimento para o semiárido, que tem sido pautado à décadas pela manutenção de estruturas verticais e práticas autoritárias do poder político-econômico local gerando a degradação dos recursos naturais, a expropriação das populações de seus territórios, a degeneração da cultura camponesa, e que nega à essa população a participação no desenvolvimento do país. As ações da ASA Pernambuco se pautam no princípio da participação popular como condição para o desenvolvimento local sustentável, em uma prática de assessoria técnica e extensão rural que reconhece e respeita as características e necessidades das famílias agricultoras, considerando, sobretudo, os conhecimentos populares, além de iniciativas que melhoram a vida no campo, entre as quais, criação de oportunidades de trabalho e renda para a juventude rural.

Foi possível perceber que há limitações nas abrangências das iniciativas e fragilidades nas estratégias de ampliação do trabalho das organizações com a juventude rural, e que as estratégias de formação por si não garantem todas as condições objetivas de reprodução social da agricultura familiar como o acesso aos meios de produção – terra, crédito, assistência técnica e recursos genéticos. No entanto, podemos concluir que o trabalho realizado pelo CAATINGA no sertão do Araripe com jovens rurais, o qual julgamos influir e ser influenciado por outras iniciativas semelhantes, surte preciosas e reais mudanças na leitura que os jovens fazem de sua realidade e do mundo no qual estão inseridos e participam.

As mudanças ocorridas na vida desses jovens em relação às suas atitudes estão relacionadas principalmente às questões que envolvem o meio ambiente, a natureza e a produção agrícola sustentável, onde na maioria dos casos se faz uma relação dessas dimensões com a agroecologia. Outras mudanças estão relacionadas com o respeito ao próximo, forma de trabalhar na agricultura, hábitos alimentares, ampliação dos horizontes e pensamentos em relação ao mundo, e em acreditar que é possível estabelecer relações com outros universos não rurais sem perder suas identidades e práticas sociais.

O reconhecimento por parte dos jovens que aprenderam muito com os agricultores durante sua vivência no projeto Campo Ativo, ao apontarem o saber dos agricultores como valiosos e de interesse coletivo, também nos leva a concluir que a abordagem da construção do conhecimento agroecológico numa perspectiva de desenvolvimento local, restabelece os valores de identidade da agricultura familiar como a relação com o meio ambiente, o manejo dos recursos naturais e a consciência de coletividades.

Podemos concluir ainda, que essas mudanças de atitudes e formas de pensamento certamente estão relacionadas à complexidade e visão sistêmica do mundo que compõe a matriz teórica da agroecologia, que ajuda a resgatar e reconstruir valores sociais numa perspectiva de coletividade e solidariedade, que são características da agricultura familiar. Essas mudanças ocorreram não apenas pelo exercício da práxis, princípio fundamental da construção do conhecimento, mas também pelo maior conhecimento e acesso às políticas públicas, por uma maior participação e valorização da vida comunitária, e principalmente pelos jovens de perceberem como sujeitos de transformação de sua realidade para construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Pudemos perceber que há uma confusão nas respostas dos jovens no que se refere à conceituação da agroecologia, pois esta está normalmente associada à um modo de produção ou uma tecnologia, e não enquanto um enfoque científico balizador de processos de desenvolvimento local sustentável. Essa constatação nos leva a concluir que pode se tratar apenas de um distanciamento conceitual do termo, mas que existe uma vivência cotidiana coerente com seus princípios.

Ao longo da análise dos dados dessa pesquisa foram surgindo outras inquietações que cercam o universo da juventude rural nos processos de desenvolvimento local a partir das perspectivas aqui apresentadas. Diante dessas inquietações sugerimos a realização de uma pesquisa que aponte a qualidade de participação e a incidência nas políticas públicas desempenhadas pelos jovens nos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável com o intuito de evidenciar o quanto esse trabalho de formação em agroecologia para jovens rurais, pode abranger e gerar mudanças de participação para as políticas públicas locais. Também imaginamos que um estudo sobre a recepção dos conhecimentos de base agroecológica por parte das famílias agricultoras tendo jovens rurais como mediadores desse processo (ATER), seria de grande relevância para aprofundamento desse tema.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. A. Os biocombustíveis são um modo de imperialismo biológico. In: **Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis, e a Soberania Energética**. Brasília: Via Campesina, 2007.
- ALTIERI, Miguel Angel; MASERA, Omar. Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; ZANDER, N. (Org.) **Reconstruindo a agricultura: idéia e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.
- ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. **Agronegócio: um setor que cresce, mas não beneficia a população brasileira**. Recife: ANA, 2006.
- ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: Editora Popular, 2007.
- ANDRADE, Flávio Lyra de; QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita. Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido: A influencia da ASA na construção de políticas públicas. In: KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F. (Org.) **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 26-53.
- ASA. **Declaração do Semi-Árido**. Recife: Articulação no Semi-Árido Brasileiro/ASA. 1999. Mimeografado.
- ASA. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC**. Recife: Articulação no Semi-Árido Brasileiro/ASA, 2001. Mimeografado.
- ASA. **Carta Política do VI Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (EnconASA)**. Crato: Articulação no Semi-Árido Brasileiro/ASA. 2006
- ASA. **Caminhos para a convivência com o semiárido**. Recife: Articulação no Semi-Árido Brasileiro/ASA. 2009.
- ASA. **Semiárido**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2010.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Atlas de áreas susceptíveis à desertificação no Brasil/MMA**, Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba. Brasília: MMA, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe**. Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Nova Lei de ATER**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: MAPA/SPA, 2010.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAATINGA. **Projeto Campo Ativo: Assessoria Técnica e Educação Rural em Agroecologia para Agricultoras e Agricultores familiares**. Ouricuri: CAATINGA, 2004. Mimeografado.

CAATINGA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.caatinga.org.br/quemsomos.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.) **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Edições Bagaço, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208. (Praxis, 5).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 2ª. Edição. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2007.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: TEIXEIRA F.C.S.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=268> Acesso em: 23 jun. 2009.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.) Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 243-262.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (org.) **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.

DE JESUS, P. Desenvolvimento local. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003, p. 72-75.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª. ed. ver. e ampl. – 13ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da; **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

FALCÃO, V. L. C. Política de desenvolvimento Territorial: A experiência do Fórum Territorial do Araripe (Fotear). In: KÜSTER, A. e MARTÍ, J. F. (Org.) **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 65-79.

FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. In: LIMA, J. R. T. e FIGUEIREDO, M. A. B. (Org.) **Extensão Rural, desafios de novos tempos: Agroecologia e Sustentabilidade**. Recife: Edições Bagaço, 2006.

FONSECA, M. T. L.; **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A.. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FEIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 13ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FEIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALINDO, W. C. M. **Intervenção rural e autonomia: a experiências da Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2008.

GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. P. 67-83.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006 – Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 7 jan. 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora UFMG/ARTMED, 1999.

LIMA, I. S.; DE JESUS, P. A pesquisa na prática da extensão rural para o desenvolvimento sustentável: alguns fundamentos epistemológicos. In: FIGUEIREDO, M. A. B. e LIMA, J. R. T. (Org.) **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Edições Bagaço, 2006. p.13-27.

LIMA, I. S.; ROUX, B. **As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil**. Recife: 2009. Mimeografado.

LUZ, C. Articulação Mineira de Agroecologia: o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico. In: **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: Editora Popular, 2007. p. 37-55.

MALAGODI, E.; MARQUES, R. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.) **Juventude em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.197-214.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura**. São Paulo: 50 (1), p. 11-24, 2003.

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E.; MARQUES, F. R. Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008. p. 131-150.

MENEZES, M. A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: Estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

MORAES, D.; VILELA, S. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade. IN: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD. 2003. p.104-122.

MUSSOI, E. M. agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: FIGUEIREDO, M. A. B. e LIMA, J. R. T. (Org.) **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Edições Bagaço, 2006. p.99-106.

ORTEGA, T. R. R. Alternativas agroecológicas em regiões semi-áridas. In: FIGUEIREDO, M. A. B. e LIMA, J. R. T. (Org.) **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 229-242.

PARANHOS, M. G.; SILVEIRA, L. M.; NOGUEIRA, F. A trajetória da Rede Ater Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste brasileiro. In: **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: Editora Popular, 2007. p. 56-70.

PETERSEN, Paulo; GOMES DE ALMEIDA, Silvio. **Rincões transformadores Trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA - (versão provisória)**. Rio de Janeiro: 2004. Mimeografado.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

PLOEG, J. D. van der. Sete saberes a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31/

PORTELLA, R. **Os obstáculos no caminho de Copenhague/LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

REDE ATER NORDESTE. **A Trajetória da Rede ATER Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste Brasileiro**. Salvador: Rede ATER Nordeste, 2006. Mimeografado.

REDE ATER NORDESTE. **Construção Coletiva do Conhecimento Agroecológico Para o Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro (2008-2010)**. Recife, 2008. Mimeografado.

SANTOS, A. D. dos. Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia. In: Articulação Nacional de Agroecologia. **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: Editora Popular, 2007. p. 19-36.

SILVA, M. S. da; MENEZES, Marilda A. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.) **Juventude em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 167-181.

SUSANNA, B. H. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

VALENTE JUNIOR, A. S. Semiárido em transformação: panorama socioeconômico e entraves para o desenvolvimento. In: BATISTA FILHO, M. e MIGLIOLI, T. C. (org.) **Viabilidade do Semiárido no Nordeste: um enfoque multidisciplinar**. Recife: LICEU, 2010. p. 69-81.

VEIGA, J. E. da. Diretrizes para uma Nova Política Agrária. In: LEITE, S. P. *et alii* (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 19-35.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais** Caxambu: ANPOCS, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina: CLACSO, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonho para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.) **Juventude em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

WEID, J. M. von der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 45-65.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2005.

APENDICE 01 – Questionário para as Organizações

Roteiro de Pesquisa 01

1. Nome da Organização?
2. Região e Municípios de atuação no semiárido?
3. Como organização Gestora de programa social da ASA Brasil, quais os tipos de organizações que compõem as Comissões Municipais e Microrregional ou Territorial do P1MC ou P1+2?
4. Partindo da ideia de agriculturas sustentáveis, quais as abordagens teóricas e metodológicas que a organização utiliza para desenvolver seu trabalho?
5. A organização utiliza o conceito ou princípios da construção do conhecimento agroecológico? A partir de quais perspectivas?
6. A organização utiliza o conceito de desenvolvimento local? A partir de que perspectivas?
7. Público com quem desenvolve suas ações?
8. Nos últimos cinco anos desenvolveu ou desenvolve algum trabalho específico com jovens? De que natureza?
9. Há projetos específicos que financiam o trabalho com juventude? Quantos?
10. Quais as estratégias utilizadas pela organização para envolver a juventude nos processos de desenvolvimento local?
11. Quais as abordagens utilizadas a partir do enfoque da construção do conhecimento agroecológico junto à juventude rural?

APENDICE 02 – Questionário para os Jovens

Roteiro de Pesquisa 02

Nome: _____ Idade: _____

Comunidade/Assentamento: _____ Município: _____

Escolaridade: _____

Está Estudando? () Sim () Não O que? _____

Está trabalhando? () Sim () Não Se sim, em que? _____

Você tem uma profissão? () Sim () Não Qual? _____

Se não tem uma profissão, o que você gostaria de ser? _____

Onde e com quem você mora? _____

Quantas pessoas moram na sua casa? _____

Quantos irmãos e irmãs você tem? _____

Na sua família tem alguém que já precisou sair da zona rural? Quantos? _____

Quais os motivos? _____

Você já teve alguma experiência de migração? () Sim () Não

Se sim, para onde foi? _____

Para que? _____

Por quê? _____

Se você foi e está de volta, por que voltou? _____

Se você nunca saiu de casa, faz algum plano de sair no futuro? () Sim () Não

Para que e Por quê? _____

Quais as políticas e ações governamentais e não governamentais que você e sua família têm tido acesso? _____

Que mudanças o acesso a essas políticas e ações tem gerado para você e sua família?

Como você começou a participar do trabalho desenvolvido pelo CAATINGA? _____

Em que ano você participou do grupo de jovens APAs (Agentes Promotores da Agroecologia) coordenado pelo CAATINGA? _____

Você poderia enumerar por ordem de importância quais os cinco principais aprendizados e dificuldades que você enfrentou ao participar do grupo dos APAs?

Aprendizados	Dificuldades
1.	1.
2.	2.
3.	3.
4.	4.
5.	5.

A ação dos APAs consiste na promoção do conhecimento agroecológico. Você identifica algum caso em que o acesso a esse conhecimento tenha gerado melhores perspectivas para os jovens rurais? () Sim () Não

Se sim, descreva um caso: _____

No seu caso, o que mudou em suas atitudes e forma de pensar? _____

Quais atividades você desenvolve hoje em sua comunidade e município? _____

O que o conhecimento sobre a agroecologia trouxe para sua vida? _____

Como você descreveria **VOCÊ** antes e depois de participar do grupo APAs? _____
